

Ministério Público Federal, em 1990, de uma ação civil pública, junto à Justiça Federal de Foz do Iguaçu, denunciando a Binacional como uma ameaça à ecologia e à comunidade "Avá-Guarani".

As acusações podem ser assim sintetizadas: despreocupação com o desmatamento nas margens da barragem, o que implica na redução de sua vida útil; permissão para a prática da agricultura nas bordas do reservatório, resultando na contaminação da água por resíduos químicos; autorização para retirada de madeira desvitalizada do lago pelos agricultores, cuja comercialização deve fiscalizar enquanto órgão delegatório do IBDF⁹, o que não está acontecendo; e, finalmente, reitera-se que a área cedida à comunidade indígena é insuficiente e pouco apropriada à agricultura, sendo o lago que se distende por toda a extensão das terras dos Guarani propício à proliferação do inseto transmissor da malária (DOC. 35, 29.10.1989).

A resolução da contenda se faz cada dia mais urgente, resultado da interferência quase que sub-reptícia exercida pelos Guarani, através de todos os meios a que lhes é possível ter acesso. Perceba-se que a primeira metade da década de 1990 é assinalada por uma exaltação da ecologia, entendida como o zelo com o meio-ambiente e a salvaguarda de espécies em vias de extinção, incluindo-se, equivocadamente, os índios nesta categoria. Este contexto contribui, sobremaneira, para que a opinião pública e setores importantes da comunidade internacional encarem ITAIPU como algoz, ante a precariedade das condições de sobrevivência a que tem submetido a comunidade indígena no *Oco'y*.

É interessante observar que os Guarani difundem a imagem de um coletivo dotado de padrões culturais comuns, cuja origem remonta a um tempo intangível, anterior ao tempo. Essa teia de significados intrínseca à comunidade é ratificada por meio da ostentação consciente de sinais diacríticos, que, em razão da auto-alteração sofrida pelo grupo, muitas vezes, já não apresentam sentido na ordem atual das coisas, mas que permanecem

⁹ IBDF: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, entidade autárquica vinculada ao Ministério da Agricultura, criada em 1967. Tem como objetivo formular a política florestal, bem como orientar, coordenar e executar ou fazer executar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e à conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do país (SANDRONI, 1999: 288).

ênfatisados, uma vez que o senso comum acredita que um Guarani deve ser portador de determinadas características. Afirma-se uma sociedade coesa e uniforme, no seio da qual inexistem hierarquizações ou disputas, vivendo em conformidade com as pautas legadas pelos ancestrais. Neste sentido, para a opinião pública em geral, a ITAIPU se converte num verdadeiro verdugo, ameaçando a *preservação da cultura* Guarani. É o emprego tático da identidade étnica perante as estratégias do poder.

Os problemas que requerem solução imediata por parte da Usina e FUNAI são os que seguem: uma dilatação demográfica expressiva, que limita ainda mais as possibilidades de subsistência do coletivo; a ausência dos *Mbyá* liderados por Fernando Martins, grupo que define o acordo com a Hidroelétrica em 1982, e que pretende regressar ao *Oco'y*; a reivindicação pela sociedade indígena, desde 1985, de um terreno com superfície de 1500 hectares; e, por fim, um surto de malária que varre a aldeia, e, que, pelas dimensões que alcança, tem possibilidade de se alastrar. Aproxima-se o caos.

As diretrizes para o equacionamento das complicações enfatizam a necessidade de autonomia e de auto-sustentação por parte da comunidade, tendo como premissa a não ingerência nos padrões culturais da coletividade. Não há, contudo, nenhuma menção à ampliação das terras dos Guarani, o que, por si só, inviabiliza qualquer expectativa de sobrevivência auto-sustentada (DOC. 39, 19.04.1990).

Explicita-se que o relatório é um documento destinado a circular apenas internamente na Empresa, admitindo-se, assim, em particular, uma incumbência insistentemente negada para o exterior, buscando-se, inclusive, saídas para enfrentar as pressões que vem sofrendo. Quando emissários da Binacional mencionam o tema em público, ou contatando com outros organismos, a conduta ostentada é radicalmente diferenciada, ou seja, alegam que sua "missão" está devidamente cumprida, tirando de seus ombros qualquer encargo, transferindo a obrigação de tentar reparar os *supostos* danos causados aos índios para outros.

Também posterior à conclusão da transferência, e provavelmente decorrente do aumento do número de famílias, surgiu a reivindicação de 1500 ha, apoiada pelo CIMI e pela Comissão Pastoral da Terra. Em vista das providências tomadas com coerência, justiça e no prazo adequado, a ITAIPU considera como cabalmente cumprida a parte da responsabilidade que lhe cabia na relocação e acomodação da comunidade indígena afetada pelo Reservatório (...). Não se justifica, assim, atribuir à ITAIPU a responsabilidade de promover ações para ajustes a cada nova situação social, muito especialmente quando estas são produto de intervenções externas. Como já foi demonstrado em outras oportunidades, a Itaipu entende ser da FUNAI a responsabilidade de administrar essas situações, pois se trata de assuntos de sua atribuição e competência (DOC. 45, 10.09.1991).

Contraditoriamente ao conteúdo do documento citado, em 1991, é possível vislumbrar pela primeira vez a concordância de ITAIPU em outorgar aos Guarani os 1500 hectares que requerem. No decorrer do ano todo, ocorrem reuniões, acordos diversos entre as partes envolvidas e a procura por lugares adequados às pretensões do grupo indígena. Além da FUNAI, ITCF¹⁰ e Prefeitura de São Miguel do Iguçu, várias organizações não governamentais assessoram a sociedade indígena, como, por exemplo, o CIMI, a Ordem dos Advogados do Brasil e a CPJP.

No mês de maio, representantes dos órgãos oficiais, da Empresa e das entidades de apoio decidem instituir uma comissão que deve incluir, além deles próprios, enviados do IBAMA. Define-se que cabe à FUNAI a atribuição de coordenar os trabalhos do comitê instaurado. Ao mesmo tempo, o ITCF se compromete a indicar terrenos disponíveis no Paraná, revestidos em pelo menos cinquenta por cento de sua extensão por matas nativas, dotados de recursos hídricos plenamente potáveis e, preferencialmente, no Oeste

¹⁰ ITCF: O Instituto de Terras, Cartografia e Florestas teve sua origem em 1923 na Inspeção de Terras e Colonização. Em 1928, passou a ser o Departamento de Terras e Colonização do Estado. Em 1942, evoluiu para Departamento de Geografia, Terras e Colonização - DGTC. Em 1947, mudou seu regime, passando a consistir na Fundação Paranaense de Colonização e Imigração/FPCL. Em 1972, por força da Lei Estadual nº 6.316 de 20 de setembro, foi transformado em Fundação Instituto de Terras e Cartografia - ITC. Em 1985, o Decreto Estadual nº 5799, de 26 de junho, altera o Estatuto do ITC, acrescentando as atribuições relativas à proteção florestal, constituindo o Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF (FONTE O: Internet, 08.05.2002).

paranaense. Muitos locais são efetivamente vistoriados pelos Guarani, todavia, nenhum é classificado como satisfatório por este grupo indígena.

Perante a dificuldade de encontrar uma solução aceitável, a comissão delibera que o órgão tutor estabeleça um Grupo de Trabalho com o intuito de determinar a indianidade do coletivo que habita o *Oco'ÿ* e prescrever a respeito de espaços apropriados para ocupação pela sociedade indígena. Saliente-se que a composição do Grupo só se concretiza em 1994. Vale ressaltar que a função destes grupos é, essencialmente, a elaboração de relatórios de identificação de terras ou a montagem por antropólogos de laudos periciais¹¹, atividades entendidas pelos poderes constituídos como imprescindíveis, em circunstâncias em que estejam se processando querelas judiciais relativas a terras indígenas e, conseqüentemente, seja preciso estabelecer a indianidade ou não de um grupo étnico e, em caso positivo, os territórios correspondentes ao mesmo.

O GT é pensado como uma instância neutra, composta unicamente de técnicos pertencentes ao próprio órgão, sem abrir qualquer espaço para que ali se façam representar os próprios interessados na questão. Em geral todos os integrantes efetivos do GT são diretamente vinculados nos documentos como *servidores* da FUNAI (...). É importante perceber que a caracterização desse GT como uma *equipe técnica* despolitiza o processo de identificação, expressando assim uma visão etnocêntrica e antiquada de investigar algo que não é diretamente visível (como um fenômeno natural), mas de caráter exclusivamente sociocultural (OLIVEIRA & ALMEIDA, In: OLIVEIRA (org.), 1998: 75-76; 69-118).

O engenheiro agrônomo Klaus Greiner, funcionário da ITAIPU (DOC. 49, 12.02.1992), afirma que os Guarani no *Oco'ÿ*, naquele momento, encontram-se divididos em duas facções. Uma, que, presumivelmente, sob influência do CIMI, postula uma nova área, e a outra, que, mesmo apoiando a reivindicação da primeira, não tenciona deixar a aldeia atual. Em face dos constrangimentos crescentes a que vem sendo submetida, a ITAIPU (DOC. 51, 30.06.1992) recomenda à Fundação, como forma de equacionar definitivamente o "problema indígena", a elaboração de um projeto amplo envolvendo a FUNAI, a

¹¹ Dois trabalhos interessantes e esclarecedores atinentes a este tema são os seguintes artigos: OLIVEIRA, In: OLIVEIRA (org.), 1998; pp: 269-295 e SOUZA LIMA, In: OLIVEIRA (org.), 1998; pp. 221-268.

ITAIPU e a ELETROBRÁS, cuja efetivação deve se processar através de um acordo entre os organismos citados.

Depois de inúmeras assertivas, em 1992, finalmente, é firmado um convênio entre a FUNAI e a ITAIPU, no qual são explicitadas as atribuições das duas entidades, atuando a ELETROBRÁS como interveniente. À FUNAI, cabe especificar, em conjunto com a Binacional, a forma que deve assumir o programa, como também as ações a serem consolidadas; disponibilizar os meios que fazem parte do atendimento de praxe do órgão tutor, como é o caso de assistência médico-hospitalar, jurídica, técnica, de aposentadoria, dentre outros; colaborar, cedendo técnicos especializados para assessoria, designando dois representantes para o projeto, dos quais, necessariamente, um antropólogo. A Binacional é sujeitada a concordar com a prescrição dos peritos indicados pela Fundação, tendo, inclusive, que arcar com as despesas geradas pelas atividades dos mesmos.

Além daquilo que é imputado à Binacional e ao órgão indigenista em conjunto, são atribuições exclusivas da ITAIPU a nomeação de dois emissários, cobrindo todos os dispêndios resultantes de sua atuação, a assistência na execução das idéias aprovadas e ocasionais revisões e, por fim, a participação nos trabalhos de estudo e implementação do Programa, fornecendo todos os subsídios imprescindíveis para a concretização do planejamento. A participação da central energética se dá basicamente por vias técnicas e administrativas, expressando-se, dentre outros aspectos, pela busca de recursos tanto no Brasil, como no exterior para viabilizar a consolidação do Programa, investindo e subsidiando financeiramente o desempenho de um encarregado para levar a efeito as suas responsabilidades (DOC. 52, 21.07.1992).

Progressivamente, a documentação evidencia que, por absoluta falta de alternativas, a ITAIPU passa a admitir a hipótese de *conceder* os 1500 hectares demandados pelos Guarani. Antes de concretizar a cessão da área, no entanto, é indispensável que a FUNAI e a Usina solucionem pelo menos três pontos polêmicos que se impõem. São eles: a escolha de uma área adequada, a realização de melhorias no terreno atual, levando-se em conta que muitas famílias não desejam abandonar o local e a situação do grupo liderado por

Fernando Martins que tenciona regressar para a região. Estes temas carecem de resoluções urgentes, uma vez que a Fundação e a Binacional estão apreensivas com a provável repercussão da matéria, estimando-se que está bem próxima a data de realização do encontro ambientalista a ocorrer em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, a ECO-92.

É possível deduzir que toda a batalha pela consecução de mais terra, tanto quanto por melhores condições de vida que se descreve até aqui, e que ainda há de apresentar novos desdobramentos, decorre do empenho de segmentos da sociedade nacional preocupados com os direitos humanos. Sem desmerecer o desempenho das organizações não governamentais, em verdade, é a resistência dos Guarani a aceitarem o quase nada que lhes é *concedido* que define a conquista, mesmo que relativa, de suas requisições. Em sua obstinação para conseguirem seus intentos, eles elaboram maneiras de utilizar a ordem que lhes é imposta em seu próprio benefício. Sem saírem do lugar, conseguem instaurar a pluralidade e a criatividade na arte de manipular os poderes estabelecidos, com base nos elementos implementados por estes mesmos poderes.

O crescimento populacional repentino que acontece na aldeia, em meados da década de 1980, é uma manobra nitidamente denunciatória dos percalços a que são submetidos os índios por ocasião da remoção para o *Oco'ý*, traduzidos no assentamento numa paragem mínima e inadequada e, que alcança sucesso palpável. A materialização desta tática se exprime na vinda para a Reserva de João Centurião acompanhado por cerca de duzentos índios, fato que se constitui em um importante elemento de pressão.

Outro ponto a aludir é sobre a complexidade de determinar a origem da exigência de exatamente 1500 hectares. Ocorre que para a coletividade esta reivindicação funciona como que um horizonte fixado e a ser alcançado a qualquer preço, de tal modo que se peleja por ele, operando como um pólo unificador da sociedade Guarani.

Analisa-se, outrossim, que os indígenas fazem uso das arbitrariedades através das quais a ordem instituída tenta submetê-los, como

leis, práticas e representações, para seus próprios fins. Subvertem os ditames do poder a partir de dentro, não só pela rejeição ou transformação dos mesmos, mas por incontáveis modos diferentes de empregá-los de acordo com seus padrões culturais. Em outros termos, adaptam regras das quais não podem fugir, metaforizando o domínio que pretende subjugar-los. Permanecem *outros* no interior de um sistema que intenta sua assimilação. Modificam-no, sem deixá-lo.

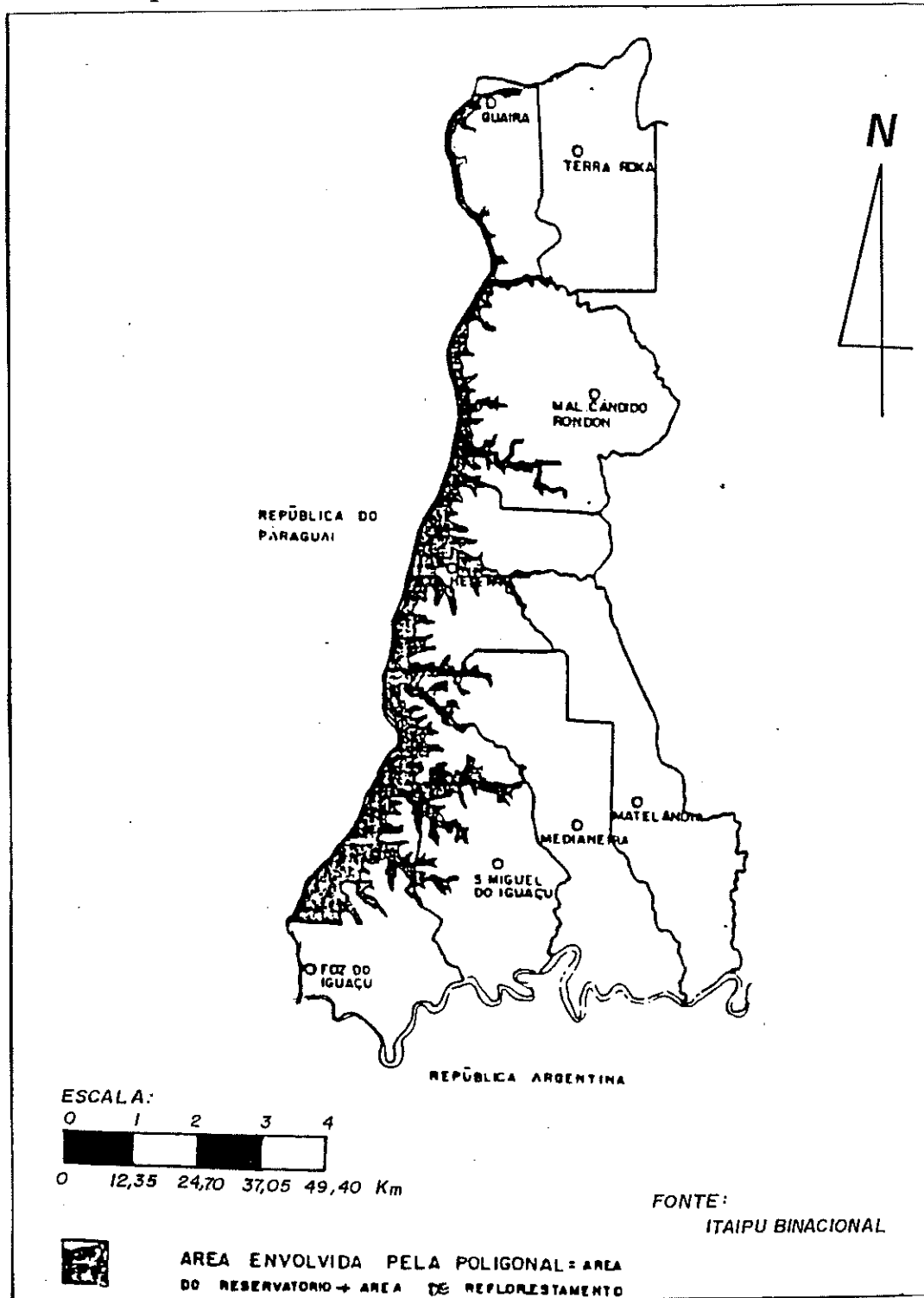
Aceito definitivamente o postulado dos Guarani acerca de uma área maior pela ITAIPU e pela FUNAI, esta última propõe uma minuta de convênio (DOC. 44, 27.06.1991), que, de certa forma, isenta-a de maiores responsabilidades, legando-as à Binacional. Destarte, deflagra-se entre ambas pendência relativa à aquisição, realocização, infra-estrutura e assistência ao coletivo indígena no novo sítio.

A Hidroelétrica se dispõe a cooperar, desde que tenha garantias de devolução do local atualmente demarcado, que, assim voltaria a ser faixa de proteção ambiental¹², sua destinação primeira. Outro fator apontado pela Usina como necessário para o saneamento satisfatório do "problema indígena" é a necessidade de contar, em seus quadros, com antropólogos ou indigenistas especializados no trato com o povo Guarani (DOC. 43, 18.06.1991). As tentativas da Empresa e do órgão indigenista de se isentarem do processo têm como conseqüência a paralisação dos trabalhos da Comissão, tanto que, se, em 1992, a aquisição de um terreno com no mínimo 1500 hectares é tida como certa, não se dá durante vários anos ainda qualquer avanço com relação à sua escolha.

Diante do estacionar dos encaminhamentos da comissão, os Guarani da Comunidade de Santa Rosa do *Oco'ý* pedem apoio, não fica claro a quem, para que se conceda a eles uma parte de 5000 hectares do Parque Nacional do Iguaçu. Esta solicitação se manifesta por meio de uma carta manuscrita, datada de 1992 e assinada por quarenta e nove índios.

¹² Observar Mapa 6 na página seguinte.

Mapa 6 – ÁREA ENVOLVIDA PELA POLIGONAL



Comparando este fragmento cartográfico com o Mapa 2 fica evidente que os Guarani foram realocizados numa área destinada a reflorestamento, ou seja, os índios foram fixados em um terreno que ninguém mais iria ocupar. FONTE: ARQUIVO DE ITAIPU. Fundo Documental *OS GUARANI E ITAIPU*.

Nós estamos lutando mais de 10 anos, e a comunidade está crescendo e vai crescer mais. Nosso pensamento voltar a viver de novo no mato, porque o mato dá saúde para criança e para adulto também. Porque nós nunca destruímos o mato, porque o mato é nossa casa (DOC. 48, 04.02.1992).

Com o intuito de obter informações sobre o estado das negociações, os Guarani convocam os membros da comissão, a Procuradoria da República e representantes das organizações indígenas *Nhemboaty Guasu* Guarani e Organização das Nações Indígenas do Sul/ONISUL, para uma reunião no dia doze de fevereiro de 1992, que, entretanto, não resulta em quaisquer frutos. É interessante mencionar que os Guarani permanecem mobilizados, participando de organizações e movimentos indígenas, tentando as mais variadas soluções para dar fim aos seus embates com a Usina e com a FUNAI, o que deve acontecer assim que obtiverem as terras que tem impetrado ao longo dos anos.

A despeito dos acordos com o órgão tutelar, a ITAIPU mantém-se numa posição de isenção e indiferença, não muito diversa da postura adotada pelos agentes da Fundação, o que resulta, novamente, em enormes prejuízos para os índios. Avalie-se que as providências de cunho social planejadas para serem executadas pelas duas instituições na Reserva do *Oco'ý* encontram-se paralisadas e, principalmente, a procura de terras apropriadas para satisfazer as exigências dos Guarani estão completamente abandonadas.

No entanto, desde essa data permanecemos sem resposta de ITAIPU o que vem causando transtornos à comunidade indígena que aguarda uma solução para o grave problema da terra a ela destinada. Dessa forma solicito de V.Sa. uma posição quanto à proposta de convênio FUNAI/ITAIPU com vistas à solução dos problemas vividos pelos índios de Ocoí a partir da formação do lago de ITAIPU (DOC. 54, 10.05.1993).

Diante do exposto, a ITAIPU solicita a um especialista, o antropólogo professor da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, Dr. Silvio Coelho dos Santos, consultor do Banco Mundial para a questão indígena em Yaciretá¹³, um balanço da situação, com indicação de alternativas viáveis. A

¹³ Usina Hidroelétrica de Yaciretá, binacional construída em conjunto por Paraguai e Argentina no Rio Paraná. A formação do seu reservatório também implicou no deslocamento de índios Guarani dos seus territórios originais (FONTE P: Internet, 18.05.2002).

pressões que vem sofrendo, presume-se, é movida a rever suas posturas. O parecer do perito é que se cumpram as seguintes medidas para dirimir o problema:

1. que sejam retomadas as conversações interrompidas entre os indígenas, diferentes ONGs, a Funai, a Procuradoria da República, o Governo do Estado, o Bispado e a Itaipu, com o objetivo de (a) compreender e encaminhar as legítimas reivindicações dos indígenas do Ocoí, na sua condição de atingidos pelo projeto da UH; (b) definir um projeto de cooperação entre as diferentes entidades, com a participação das lideranças indígenas, objetivando atender as reivindicações dos índios; (c) equacionar outras questões relativas a indígenas, de uma forma ou de outra também vítimas da implantação da UH (caso por exemplo dos Guarani que saíram das áreas de Jacutinga/Ocoí, e que estão precariamente localizados no município de Inácio Martins - Pr.); 2. Considerar as especificidades socioculturais dos Guarani e a sua condição de integrantes de um povo dividido pelas fronteiras de diversos países, o que impõe a emergência de políticas governamentais claras voltadas para o seu reconhecimento e defesa; 3. Considerar a legislação constitucional, o direito internacional, as normas sócio-ambientais adotadas pelo país e pelo setor elétrico, além das recomendações dos organismos internacionais de financiamento, no que se referem aos direitos das minorias indígenas e as responsabilidades dos estados (...) 4. considerar que o trato dessas questões requer a participação de diferentes especialistas, entre eles, o antropólogo (DOC. 55, 02.1994).

A partir do exposto, e defrontada com o recrudescimento das pressões para que a ITAIPU e a FUNAI definam a situação dos Guarani no *Oco'ý*, a Fundação institui, em maio de 1994, um Grupo de Trabalho (DOC. 57, 06.05.1994), destinado a organizar um diagnóstico das condições em que está vivendo essa sociedade indígena, suas requisições e insuficiências mais prementes. Com a meta de detectar tais aspectos, o Grupo de Trabalho promove reuniões com a comunidade no *Oco'ý*, ocasiões em que esta tem oportunidade de expor suas petições mais urgentes, destacando-se a questão fundiária, sempre o primeiro item a ser objeto de demanda, compreendido como a concessão de uma área de no mínimo 1500 hectares, dotada de recursos hídricos, solos férteis e cobertura de mata nativa (DOC. 58, 10-12.05.1994).

A propósito dos Grupos de Trabalho, há que inquirir se o antropólogo está habilitado a determinar a indianidade de um indivíduo ou grupo étnico, e, igualmente, qual é especificamente o território que lhe é de direito. Para os pesquisadores, estas são questões intrincadas, para as quais juízes, procuradores

e advogados postulam resultados exatos, rotulando como perícia as averiguações levadas a efeito para a elaboração de um laudo. João Pacheco levanta alguns pontos que evidenciam a ambigüidade que marca a atuação dos GTs:

... a elaboração de laudos periciais não responde a interesses ou questões colocados pela teoria antropológica, nem tais atividades de peritagem são financiadas ou promovidas por iniciativa da comunidade acadêmica. Solicitada e viabilizada por outras instâncias – seja por diferentes esferas do judiciário, seja pelo próprio órgão tutelar – os laudos periciais implicam claramente a aceitação tácita de certas regras e expectativas que não são definidas no contexto estrito da prática antropológica. A preocupação aqui manifestada é justamente o quanto o antropólogo pode – ou deve – avançar na resposta a tais questões sem abandonar o rigor conceitual e a vigilância metodológica próprios de sua disciplina (OLIVEIRA, In: OLIVEIRA (org.), 1998: 269-295: 271).

De imediato, existe por parte da Fundação e da Binacional o propósito de instalar alguns benefícios na aldeia, com o objetivo de favorecer a vivência do grupo indígena. Dentre estas supostas *regalias*, está a implantação de atendimento médico na Reserva, suporte às atividades agrícolas, através da doação de sementes e insumos, construção de moradias, doação de veículo, cessão de combustível para máquinas cuja função é revolver o solo, provisionamento de víveres durante o período de entressafra, obras de saneamento básico e, por fim, a edificação da escola, que, naquele momento, já se encontra em andamento, sob encargo da Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçú, contando com recursos fornecidos pelo Governo do Paraná. É lícito presumir que tais verbas sejam, na realidade, procedentes dos *royalties* pagos ao Estado e ao município pela Usina.

O GT empreende também uma visita à Reserva Guarani *Acaraymi*, município de *Hernandárias*, no Paraguai, com o intuito de saber a forma pela qual a ITAIPU executa a relocação dos povos indígenas na margem direita do rio Paraná. Conclui-se, por meio da inspeção, que a questão territorial se encontra satisfatoriamente sanada, já que são concedidos terrenos suficientemente amplos para abrigar as comunidades.

Os membros do Grupo percorrem a Reserva de Rio das Cobras, localizada no município de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, onde se reúnem com Fernando Martins e os *Mbyá* conduzidos por ele, cuja saída do *Ocoy* se credita à contenda com João Centurião. O líder confirma a aspiração dele próprio e dos índios que guia de regressarem para o Oeste, assegurando entender, no entanto, que as desavenças anteriores, acrescidas à limitação territorial, são empecilhos para um retorno próximo.

A compreensão, todavia, não ultrapassa a esfera da dissimulação, tornando-se patente o anseio por um refluxo urgente, no momento em que o coletivo passa a destacar o estorvo que significa ser obrigado a compartilhar uma mesma área com um grupo étnico tão diferente de si, como é o caso dos Kaingang¹⁴. Sublinha, ainda, a inconveniência da adaptação a uma paragem tão diferente do seu habitat de origem, estimando-se que o conjunto está momentaneamente circunscrito a uma região caracteristicamente muito fria. Os *Mbyá* almejam, portanto, que, definida a questão fundiária, lhes seja permitido finalmente voltar para o Oeste.

No transcurso do cumprimento das atividades que lhes são pertinentes, mais especificamente durante o ano de 1994, o GT tem oportunidade de verificar que, naquele momento, a Área Indígena de Santa Rosa do *Ocoy* é habitada por aproximadamente sessenta famílias ou trezentas e dez pessoas. Ressalte-se que este número diz respeito tão somente aos Guarani efetivamente instalados nos duzentos e poucos hectares que formam a aldeia, sem levar em conta os *Mbyá* em Rio das Cobras ou outros eventualmente dispersos. É curioso divisar que uma população que, em 1977, a FUNAI alega não ultrapassar onze famílias, ou pouco mais de vinte e sete pessoas, aumentar em mais de dez vezes. Neste sentido, é que a terra é a demanda basilar dos Guarani ao longo dos quatorze anos pelos quais se estende seu embate contra a Hidroelétrica.

Concluído o levantamento sobre as condições de sobrevivência dos Guarani no *Ocoy*, o Grupo de Trabalho recomenda presteza e eficácia na

¹⁴ O Posto Indígena de Rio das Cobras, no município de Laranjeiras do Sul, Centro-Sul do Estado do Paraná, abrange uma extensão de aproximadamente 17000 hectares e é dividida em duas Áreas distintas, uma destinada aos Guarani e outra aos Kaingang.

resolução dos problemas constatados. Sugere o emprego dos *royalties* oriundos da produção de energia pela ITAIPU, que, desde 1993, já vem favorecendo a União, o Estado e os municípios. A concessão desses valores pode ser qualificada como uma forma de ressarcimento pelas seqüelas acarretadas por efeito da formação do reservatório e conseqüente inundação das terras indígenas.

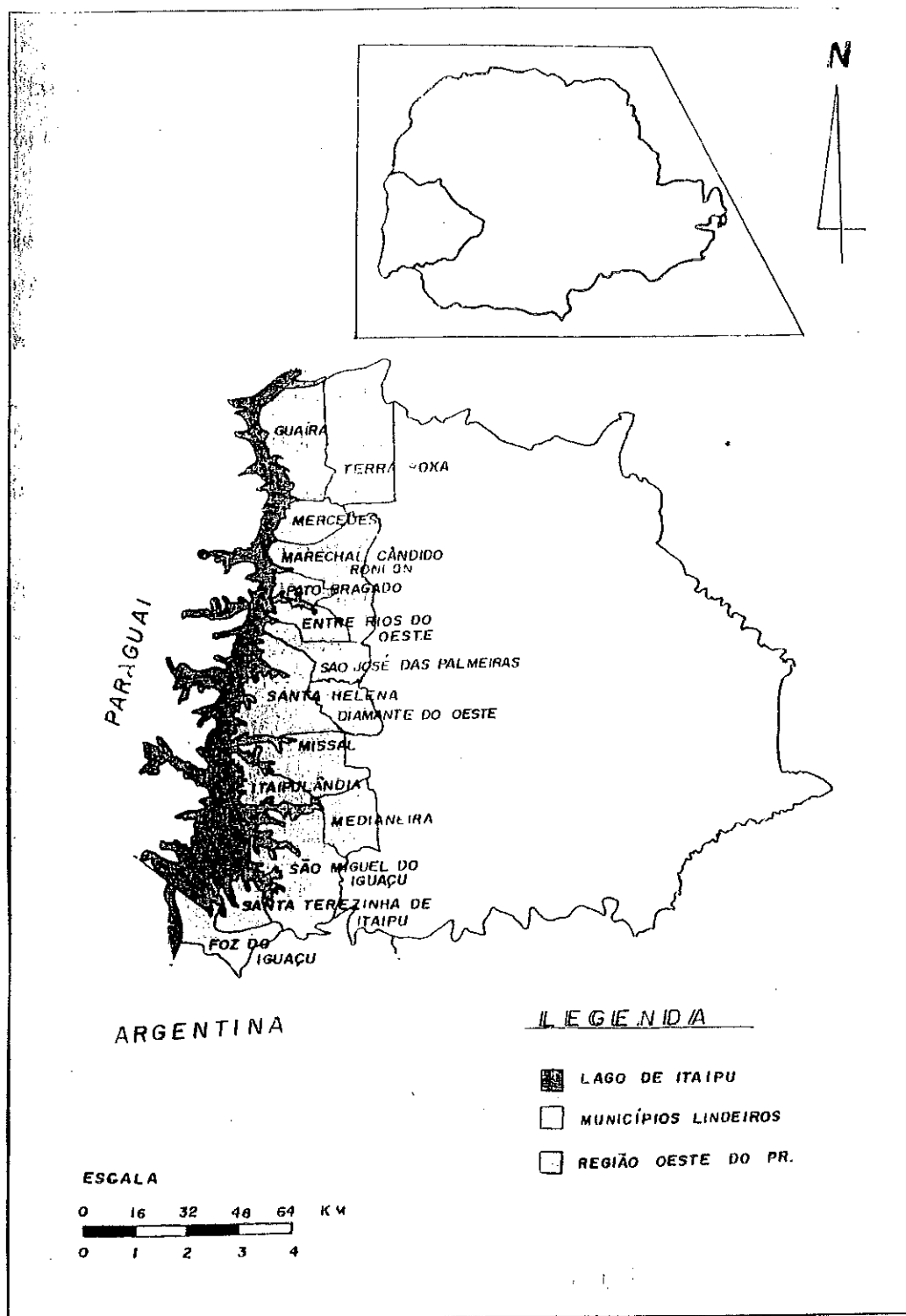
Deve-se mencionar que a Lei Orgânica de São Miguel do Iguçu, promulgada em 05 de abril de 1990, já determina que as verbas provenientes dos *royalties* "serão preferencialmente aplicadas nas comunidades diretamente atingidas pelo reservatório da Itaipu Binacional, e comunidade indígena Avá-Guarani" (DOC. 59, 20.05.1994: 11). Concretamente, todavia, não há evidência alguma de que os Guarani tenham obtido qualquer benefício, não obstante o volume apreciável de recursos direcionados ao Estado e municípios lindeiros¹⁵, ainda mais expressivos, se confrontados com os pleitos dos índios.

A partir dos remates do Grupo de Trabalho, propõe-se um "Programa de Ação". De acordo com o documento que o explicita, o Programa busca substrato numa atuação indigenista responsável, interessada em evitar o paternalismo e que pretende implementar uma política de autodeterminação e auto-sustentação para a sociedade indígena. A consolidação do plano citado depende do fornecimento de verbas destinadas a prover a comunidade de recursos fundiários, infra-estrutura, educação e saúde, dentre outros.

A FUNAI e a ITAIPU firmaram, em 1994, um protocolo de intenções visando diagnosticar e propor soluções aos problemas da Comunidade Avá-Guarani, da Reserva Indígena do Ocoí, no município de São Miguel do Iguçu. Ouvida a Comunidade e analisados seus problemas e reivindicações, o Grupo de Trabalho formulou uma proposta de ações visando a superação de meios de sobrevivência e auto-sustentação lá encontradas. Esta proposta denominada Programa Avá-Guarani, está estruturada em sub-programas, para cuja implantação e desenvolvimento, em função da sua amplitude e duração, o Grupo de Trabalho considerou de fundamental importância a busca de envolvimento do Governo do Estado do Paraná e da Prefeitura do Município de São Miguel do Iguçu, mediante convênio a ser firmado e renovado entre as quatro entidades por períodos quinquenais, considerando-se um prazo de ação desejável de 25 anos. Face à premência das necessidades da Comunidade, a FUNAI

¹⁵ Visualizar Mapa 7 na página seguinte.

Mapa 7 – MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELO RESERVATÓRIO DE ITAIPU



Este fragmento cartográfico representa os municípios lindeiros, em outros termos, aqueles que tiveram parte de seus territórios submersos em virtude da formação do lago de ITAIPU. FONTE: SOUZA (1998:18).

e a ITAIPU decidem dar início imediato às ações prioritárias de sua alçada, previstas para o corrente ano, ao mesmo tempo em que desenvolvem gestões, sob a coordenação da primeira, visando a assinatura do convênio que dará cobertura às demais ações de caráter contínuo e de longo prazo (DOC. 62, 06.1995).

Considerando que tem sua duração prevista para vinte e cinco anos, o Programa deve contar com revisões quinquenais, dada a intenção de impedir sua possível defasagem. Pressupõe-se que o financiamento para sua implementação e ulterior desenvolvimento advém de recursos subministrados através do convênio entre as partes diretamente envolvidas. Juridicamente, o "Programa Avá-Guarani" encontra respaldo no Estatuto do Índio, ou Lei 6001, de 19 de dezembro de 1973, na Carta Constitucional de 1988, e, por fim, no Decreto nº 1141, de 19 de maio de 1994, instrumentos estes que estabelecem o Norte para as ações e medidas propostas.

O Programa a ser proposto para os índios Guarani obedece às diretrizes estabelecidas no Convênio FUNAI/ELETROBRÁS (1987), de caráter normativo, concernente à responsabilidade social das concessionárias do Setor Elétrico, no sentido do estabelecimento de convênios específicos às comunidades afetadas, para minimizar os impactos diretos e indiretos dos empreendimentos do Setor e, maximizar o nível de bem estar e as condições gerais de vida das populações envolvidas (DOC. 59, 20.05.1994).

No documento, constam como objetivos gerais do Programa o equilíbrio das relações econômicas e culturais entre a comunidade indígena e a sociedade nacional; a garantia aos "Avá-Guarani", conforme as determinações da Lei 6001, artigo 2º, Parágrafo 9º, do usufruto exclusivo da área demarcada; a melhoria das condições gerais de vida, em consonância com os anseios do coletivo; e a ampliação da compreensão destes índios acerca da realidade política brasileira. No intuito de atingir estas metas, são previstas iniciativas nos "campos administrativo, de obras e infra-estrutura, habitação, de saúde, educação, atividades produtivas e fundiário" (DOC. 59, 20.05.1994).

Com base no relatório (DOC. 59, 20.05.1994) produzido pelo Grupo de Trabalho nomeado pela FUNAI em 1994, definem-se linhas e propostas de atuação que implicam no atendimento das necessidades básicas da comunidade. Saliente-se que a primeira exigência a ser cumprida é a concessão

de uma extensão de terras mais ampla, adequada às reivindicações dos índios, e, em seguida, a execução de projetos que propiciem a futura auto-sustentação por parte da coletividade indígena.

Premida pelo Ministério Público Federal para que solucione sem demora a polêmica relativa às terras pertinentes aos Guarani, a ITAIPU replica, garantindo que estão tomadas as iniciativas devidas. Alega, para reafirmar sua posição, que, em face da dificuldade de encontrar nesta região um local que os índios julguem conveniente, teria providenciado, inclusive, um laudo antropológico no intuito de eleger o terreno apropriado. E, por mais inverossímil que possa parecer, os agentes da Usina prosseguem reiterando posturas assumidas nos idos de 1977, imputando à FUNAI e aos Guarani a responsabilidade pelo aumento populacional, tentando justificar suas atitudes num contexto em que isto já não é admissível.

O estudo já em fase de contratação pela ITAIPU Binacional será realizado por antropólogo experiente no trato com os Guarani, indicado pela Associação Brasileira de Antropologia. Espera-se que o mesmo forneça subsídios melhor fundamentados para a busca de alternativas, dentro de um quadro extremamente limitado, tendo em vista as exigências feitas pelos indígenas, face às características atuais da região Oeste do Paraná, caracterizada por uma estrutura fundiária já consolidada, com alto grau de degradação ambiental resultante da agricultura intensiva praticada (DOC. 61, 20.04.1995).

Apesar da expectativa gerada pelas *boas intenções* que se delineiam, muito pouco se altera no transcorrer de um longo tempo ainda. É apenas pós-meados do ano de 1995 que, afinal, a ITAIPU encomenda o propalado laudo antropológico (DOC. 63, 14.10.1995). Felizmente, a habilidade do perito escolhido para efetuar a pesquisa faz com que seja organizado um relatório detalhado e proveitoso acerca da sociedade Guarani, possibilitando uma compreensão mais apurada quanto à longevidade da incidência destes índios na região, seus deslocamentos pelo Oeste, as relações que mantêm com o território, suas criações e recriações do espaço, sua maneira peculiar de ser e de viver, orientando, desta forma, um melhor entendimento com relação aos seus postulados.

A despeito da validade do documento produzido pelo antropólogo Rubem Thomaz de Almeida, vale enfatizar que reiteradas vezes os Guarani insistem em informar a extensão e as características de que deve ser dotada a área impetrada, elucidando, desde o início da contenda, os elementos que os motivam a almejam um terreno com esta configuração específica. Jamais são ouvidos, todavia. O laudo antropológico, ao que se presume, pautado em padrões científicos, é investido de uma legitimidade continuamente negada às assertivas indígenas, e, no entanto, nada mais faz do que ratificá-las. Mesmo a competência do antropólogo, no entanto, não garante à comunidade no *Oco'ý*, a aquisição imediata do seu objetivo primordial, a terra, que é lícito definir nos seguintes moldes:

... reivindicação de uma área maior, adequada ao seu modo de viver e à sua densidade populacional, devendo ter pelo menos 1500 ha., localizar-se dentre os limites daquele que consideram como seu território (entre as cidades de Foz do Iguaçu, Guaíra e Toledo), ser dotada de abundância de água e vegetação, além de situar-se o mais distante possível da sociedade nacional (DOC. 63, 14.10.1995).

O laudo assegura que a área adequada para a vivência dos Guarani deve totalizar uma extensão mínima de 1500 hectares, tendo em vista sua densidade populacional na contemporaneidade e o espaço efetivamente ocupado por ocasião das averiguações equivocadas levadas a efeito pelo subgrupo de trabalho "XV", em meados da década de 1970. É indispensável que haja, no terreno, abundância de recursos hídricos potáveis e piscosos, ou seja, *água boa*, ampla cobertura de mata nativa, na qual existam animais para a caça, solos férteis, macios e desprovidos de pedras, portanto, apropriados para o cultivo aos moldes guaranis, conservando também uma certa distância dos não-índios que compõe o entorno regional. Enfim, o sítio ideal há que estar situado no Oeste do Estado do Paraná, dentre as dimensões daquele que esta sociedade indígena concebe como seu território tradicional, ou seja, a superfície que separa as cidades de Guaíra e Foz do Iguaçu, próxima das margens do Rio Paraná e afluentes.¹⁶

¹⁶ Vide Mapa 1 na página 138.

A FUNAI, conquanto concorde com os termos do laudo, salienta o enfrentamento de algumas complicações para a comprovação legal da *posse imemorial* sobre a região aludida, propondo, todavia, alternativas para a consecução de uma área que minimamente corresponda aos critérios formulados:

Não nos seria possível caracterizar essa área como terra tradicional indígena, nos moldes do artigo 231 da Constituição Federal, considerando que nos faltariam elementos de comprovação para tanto. Como alternativas à delimitação de uma terra tradicional teríamos: 1) a desapropriação de uma área destinada a servir de "Reserva Indígena, 2) a aquisição de um trato de terra a ser doado à comunidade Guarani do Ocoy e registrado em seu nome, ou, 3) a mudança de destinação de uma área de propriedade de Itaipu. A escolha de qualquer das três hipóteses teria que ser precedida, forçosamente, de estudos antropológicos e jurídicos. A FUNAI não veria problema em se comprometer junto à Itaipu na elaboração de laudos e pareceres técnicos requeridos (DOC. 66, 07.02.1996).

Percebe-se, por conseguinte, que, após a elaboração do Programa "Avá-Guarani", a FUNAI e, sobretudo, a ITAIPU, de certa forma dão outro rumo à sua política relacionada à questão indígena, até então assinalada pela prática de postergar soluções. A nova atitude, muito provavelmente, credita-se às pressões sofridas pelas instituições citadas por parte de organismos financeiros internacionais, leia-se, Banco Mundial, imprensa em geral e organizações não governamentais as mais diversas (DOC. 64, 1995).

Malgrado a recém-inaugurada presteza dos núncios do poder, o ano de 1996 chega sem que a situação fundiária dos Guarani no *Oco'y* se altere. Teodoro Alves (depoimento em 23.11.1996), liderança da aldeia, notifica que, naquele momento, existem mais de cem famílias nucleares ligadas ao *tekohá* de Jacutinga e ignora que até então, pleno mês de novembro, o órgão tutelar ou a Usina possam estar agindo em prol do equacionamento dos problemas da comunidade indígena.

Destas famílias, cinquenta e quatro permanecem no *Oco'y*, quatorze participam da *recuperação* da ilha de *Paraná-Porã*, de quinze a vinte se encontram na Reserva de Rio das Cobras e as demais, entre vinte a trinta, estão em outras aldeias guaranis no Paraguai ou Argentina. Vinculadas por

fortes laços de parentesco, elas pretendem retornar, quando as circunstâncias permitirem a sobrevivência em uma área comum.

Alvos de pressão de segmentos da sociedade nacional e internacional, a Hidroelétrica e a Fundação são obrigadas a enfrentar, também, o constrangimento a elas imposto pela comunidade indígena. Fartos da morosidade e postergações peculiares às iniciativas da Usina e do órgão indigenista, os Guarani invadem, ou melhor, *recuperam* a ilha de *Paraná-Porã*, na madrugada do dia quinze de junho de 1995.

A ilha, convertida pela Binacional em refúgio biológico, passa a ser ocupada por quatorze famílias oriundas da Área Indígena de Santa Rosa do *Oco'y*. A incursão e fixação em um domínio de preservação ambiental consistem em formas de protestar ante o descumprimento, pela FUNAI e ITAIPU, dos prazos definidos pelo Programa Avá-Guarani. Enfatize-se que os índios se comprometem a desocupar a paragem assim que consolidados os compromissos firmados com a comunidade pelos órgãos mencionados.

É importante informar, outrossim, que em 15.jun.95 um grupo de aproximadamente 60 (sessenta) índios Avá-Guarani invadiu e ocupou área de propriedade da ITAIPU Binacional, integrante do Refúgio Biológico Bela Vista e considerada de preservação permanente, nos termos do Decreto n.º 83.225, de 1º mar.79, sujeita a restrições de uso e proteção legal (DOC. 65, 08.01.1996).

Diante deste contexto, são implementadas junto à aldeia do *Oco'y* uma série de melhorias, como água encanada, privadas higiênicas na escola, ambulatório e cessão de sementes e insumos para o cultivo agrícola. Há, porém, da parte do coletivo, o receio de que a instalação de uma infra-estrutura, mesmo que ínfima, na Reserva atual, tenha como efeito a isenção da Binacional e da Fundação do encargo de outorgarem aos Guarani uma área maior e mais adequada à vivência deste grupo. "Aqui na área eles queriam construir tudo as coisas que eles pensam, mas só que nós não aceitava, porque nós só queremos mais terra, se a gente pedia pra fazer melhoria aqui, daí eles não quer mais dar terra, e é melhor dar terra do que construir casa" (CENTURIÃO, depoimento em 06.03.1996).

Frente às contingências e, com base em uma série de análises, as duas instituições incumbidas de resolverem o "problema indígena" decidem

pela compra de um local com recursos da ITAIPU, que, então, é cedido aos Guarani e demarcado oficialmente pela FUNAI como Área Indígena. A partir deste acordo, esquadrinha-se a região, com a finalidade de encontrar uma terra que, correspondendo às especificações do laudo, esteja disponível para venda. No final do ano de 1996, os órgãos responsáveis deliberam pela aquisição de um terreno no município de Diamante do Oeste, Estado do Paraná, distando da sede do município cerca de treze quilômetros. Concretiza-se finalmente a *devolução* aos Guarani de uma parcela do seu território ancestral:

... compreendendo 1744 hectares, localizados na confluência dos rios São Francisco e São Domingos, águas que definem mais da metade do perímetro da propriedade, que sugere a figura de um triângulo cujo vértice mais agudo é formado pelos dois rios (...). Solicitado por Itaipu Binacional, realizei visita, em 04.07.1996, a uma propriedade particular localizada no município paranaense de Diamante do Oeste. O objetivo era averiguar o potencial daquelas terras para assentamento da comunidade Guarani Nandeva do Oco'y (...). Vale recordar que foi elaborado em 01.04.1996 e com o mesmo propósito, relatório de visita às áreas de "Terra Roxa" e "Refúgio Santa Helena" (DOC. 67, 11.07.1996).

Reputa-se que, após todo o constrangimento a que são submetidas e que tende a acentuar-se, a pressa passa a assinalar a atuação da Usina e da Fundação. Assim, a dificuldade de descobrir um local que obedeça às demandas dos índios e que possa ser obtido através de meios monetários conduz à escolha do setor no município de Diamante do Oeste. É inegável que a opção pela paragem é precedida de uma perícia.

A averiguação do lugar é levada a efeito pelo antropólogo Ruben Thomaz de Almeida (DOC. 67, 11.07.1996). Embora acentue a conveniência do espaço, em face da incidência de inúmeros elementos relevantes para os Guarani, como é o caso da presença de mata nativa, que, mesmo não intocada, ainda encerra espécimes vegetais comumente utilizadas para a edificação de habitações, confecção de cestaria, e, especialmente, com funções rituais e medicinais, os *pohã ñana*, faz questão de concluir seu relatório com a seguinte declaração: "de todos os modos, a qualidade do mato, a utilidade das águas e a qualidade produtiva do solo deverão ser avaliados pelos índios" (DOC. 67, 11.07.1996).

O ponto de unidade entre todos esses documentos é a sua preocupação em ressaltar a gravidade da situação, indicando a possibilidade iminente de uma tragédia e sublinhando a necessidade absoluta e inadiável de uma decisão urgente. As iniciativas do órgão tutor sempre se configuram como uma resposta a uma situação de emergência, correspondendo a um progressivo reconhecimento interno sobre as conseqüências catastróficas, para os índios e para a própria estrutura administrativa, de uma não intervenção (OLIVEIRA & ALMEIDA, In: OLIVEIRA (org.), 1998: 70; 69-118).

Aparentemente a batalha chega ao seu desenlace... mas só aparentemente, percebendo-se que, pelas mais diversas razões, os Guarani se mostram renitentes em se transferirem para o terreno em Diamante, permanecendo em sua grande maioria no *Oco'ÿ*, uma atitude justificável diante da ausência de nascentes de água, contaminação dos rios próximos por agrotóxicos, solo excessivamente pedregoso, que dificulta sobremodo o roçado, e a carência de qualquer tipo de infra-estrutura: ausência de Posto da FUNAI, posto de saúde, escola, privadas higiênicas ou água encanada.

Evidentemente que qualquer medida que se efetive assume sempre um caráter paliativo, portanto, ambíguo, uma vez que é irrealizável restituir aos índios na íntegra seus territórios originais, ou as condições de sobrevivência ideais que têm como paradigma. O horizonte é a terra e, quando se atinge o horizonte, ele não é o que se espera. O fato é que, depois de quatorze anos, os Guarani, presumivelmente, alcançam êxito nas suas exigências, ao receber, no final do mês de dezembro de 1997, a posse de uma área com extensão de 1744 hectares. A adequação da mesma ao sistema de valores da comunidade é duvidosa pelo que revelam as palavras de João Centurião: "... depois de quinze anos de luta pra conseguir o pedaço que faltou. É Diamante, ali tem mais de 1740 hectares, área grande lá, só que não tem bicho, tem pouco mato, mais ou menos trinta por cento, o resto é pura pedra" (depoimento em 13.07.2000).

Além das terras em Diamante do Oeste, assegura-se à sociedade Guarani a manutenção do *Oco'ÿ* como área demarcada. No presente, permanecem nesta aldeia mais de quatrocentas e cinquenta pessoas, número relacionado ao aumento vegetativo da população, mas, principalmente, ao regresso de muitos índios para a região, dispersos por ocasião dos conflitos com ITAIPU, como é o caso de Fernando Martins e seu grupo, por exemplo.

Casimiro Pereira (depoimento em 01.06.2000) relata que muitas famílias têm preferido continuar no *Oco'ý*, pelo fato de que, em Diamante, ao contrário do previsto no Programa de Ação organizado em 1994 pelo Grupo de Trabalho nomeado pela FUNAI, não há nenhuma infra-estrutura que favoreça o assentamento da comunidade, explicitando porque um domínio tão vasto é habitado por apenas cento e setenta pessoas. Entende-se, desta forma, que, quando e se consolidadas condições elementares de sobrevivência, vários núcleos tencionam se deslocar para o novo espaço, porque como diz Casimiro "... aqui é muita gente já, um em cima do outro, não dá mais pra ficar".

5.3 TERCEIRO MOVIMENTO: A ARTE DE *SER*¹⁷

Neste estudo, a abordagem está centrada em circunstâncias de fronteira, que, se não deixam de ter uma conotação territorial, são, sobretudo, sócio-culturais. Analisa-se que o que confere legitimidade a este escopo é que, apesar das sociedades indígenas no Brasil serem alvo, ao longo de sua história, de "uma série de dispositivos homogeneizadores" (VIVEIROS DE CASTRO, In: MICELI (org.), 1999: 163; 109-223), elaboram-nos a partir de padrões culturais específicos. Os *índios brasileiros* pretensamente forjados pelo Estado-nação incorporam esta categoria ao seu mundo de significados, tornando-a peça do seu contexto de reprodução social e um instrumento tático de mobilização política, o que é possível divisar no embate entre os *Guarani no Oco'ý*, de um lado, e, de outro, a FUNAI e a ITAIPU.

Confrontados com os preconceitos dos não especialistas, que unificam sob a noção de "índio" os costumes e as línguas que não se remetem às tradições conhecidas do Ocidente, os antropólogos têm frequentemente sublinhado as diferenças internas a grupos e culturas, apontando ainda as diversas representações que tais povos fazem do seu contato com o homem branco e

¹⁷ Neste item, são mencionados diversos aspectos já deslindados, no intento de definir, por fim, a noção que confere substância a esta reflexão. Para evitar tornar a narrativa repetitiva e, portanto, cansativa, evita-se referenciar novamente documentos já utilizados, ou discorrer exaustivamente sobre fatores analisados anteriormente. Para informações mais precisas em caso de obliteração de algum fator, recomenda-se reportar ao Capítulo IV e incisos precedentes deste Capítulo.

de sua inserção nessa história. As ações das frentes de expansão e das agências de contato são apanhadas em um nível local, descritas com grande minúcia como fenômenos sociais e articuladas aos diferentes códigos culturais que estão em jogo nessa situação específica (OLIVEIRA, In: OLIVEIRA (org.), 1998: 15-16; 15-42).

O advento de ITAIPU traz em si uma série de implicações para os indígenas que habitam o Oeste paranaense. Da mesma forma que os compele a propalarem uma identidade étnica empregada como instrumento político, em razão do imperativo de enfrentar a Hidroelétrica para fazer valer seus direitos, coloca-os em contato com múltiplos segmentos da sociedade nacional e mesmo internacional. Estes fatores, conjugados, são tributários do processo de auto-alteração e auto-identificação da coletividade e, por conseguinte, da composição do *ser* do grupo no presente.

Toma-se, então, como premissa, que cada povo decodifica e adapta o contexto no qual está inserido com base na sua rede de sentidos. Em contrapartida, a introdução de uma sociedade numa situação sócio-histórica determinada é componente crucial para o processo de auto-alteração e auto-identificação que se passa com a mesma. Nesta acepção e com o propósito de distinguir as particularidades que assinalam o devir recente dos Guarani na região e o *ser* resultante desta vivência, avalia-se exequível instituir a categoria os *Guarani no Oco'ý*.

Os grupos indígenas que habitam o Oeste por ocasião das primeiras sondagens dedicadas a averiguar a situação fundiária destas terras, em virtude da subsequente construção da Usina e, que prosseguem na região até os dias de hoje, são Guarani, especificamente dos subgrupos *Nandeva* e *Mbyá*. Ambas as frações se diferenciam entre si por uma série de traços diacríticos, sem embargo da mesma matriz cultural, seja em termos de idioma ou de rituais, dentre outros. Acrescidas a estas peculiaridades imanentes, existem disputas e hierarquizações que marcam a vida da comunidade, todas elas reprimidas, no entanto, em favor da afirmação de uma identidade étnica, ou seja, de um *ser Guarani único e uniforme*, nos momentos em que isto se faz necessário, o que se traduz, por exemplo, no emprego da denominação *Avá-Guarani*.

Não é possível definir a procedência do termo referido, contudo, a mídia em geral, as organizações não governamentais envolvidas, a ITAIPU e o próprio órgão indigenista, convencionam atribuir aos nativos, após o reconhecimento oficial de sua *descoberta* no Oeste, esta nomenclatura. Há que ressaltar, que os próprios índios, no auge de seus desentendimentos com a Usina e com a Fundação, valem-se, nos seus discursos *para fora*, de tal expressão para se identificarem, provavelmente por acreditarem que a mesma denotaria a homogeneidade que pretendem expressar. Esta suposição encontra suporte, ao se levar em conta que nos depoimentos colhidos em face às necessidades impostas pelo desenvolvimento desta pesquisa, os indígenas classificam a nomenclatura como inadequada.

É o seguinte avá, este avá, acho que surgiu depois, na época da ITAIPU (...). Então surgiu no meio do Guarani o avá, porque avá é da nossa língua também, quer dizer que é um homem, um piázinho daquele é aváí, uma menina é *cunhã*. Eu acho que essa sociedade, tribos índia não é certo chamar de avá, tem que ser Guarani Nandé (SOUZA, depoimento em 01.06.2000).

Seria válido presumir que a transformação em tutelados do Estado-nação viesse a representar algum benefício para os Guarani, considerando-se as prerrogativas que a legislação indigenista¹⁸ assegura àqueles indivíduos ou sociedades incluídos nesta categoria, tanto mais, se relativos a questões fundiárias, particularmente em se tratando de deslocamentos de povos nativos de seus locais de origem. Acontece que, proficuamente, a FUNAI e a ITAIPU tomam como referência para a realocação dos indígenas no Oeste o conteúdo do relatório do subgrupo "XV", que conclui pela presença de apenas onze famílias de índios na região.

Em consequência, a sugestão dos agentes da Binacional que acaba por se concretizar, é a mais viável apresentada até então, consistindo na cessão de um setor anteriormente destinado a configurar um domínio de preservação ambiental, reiterando-se que concluído o represamento, ele vem a se constituir

¹⁸ Não é o objetivo aqui discutir o caráter dúbio e homogeneizante das políticas indigenistas brasileiras. Pode-se citar algumas obras como referência para ponderar a respeito do tema: PEIRANO, 1992, OLIVEIRA (org.), 1998 e VIVEIROS DE CASTRO, In: MICELI (org.), 1999. pp. 109-224.

numa acanhada faixa de no máximo cem metros de largura nas bordas da barragem. Os Guarani, saliente-se, sofrem pressão por parte dos funcionários da Usina para que abandonem suas terras ante o avanço inclemente das águas, sendo então instalados num campo que não está resguardado para ser habitado por mais ninguém.

A área conferida totaliza a princípio 251,15 hectares, entretanto, suas dimensões são abreviadas à medida em que se forma o reservatório. Redução que não cessa, em virtude da erosão que atinge as terras nas margens do lago. Este lugar, mínimo, *doado* pela Empresa, é demarcado pela Fundação como Reserva Indígena. Neste sentido, os índios são obrigados a sobreviverem dentre as estreitas balizas determinadas pelos poderes estabelecidos.

A espoliação territorial desta vez se faz acompanhar do confinamento a limites estritos, dos quais há rígidas restrições para ocasionais ausências. Circunstâncias que comprometem gravemente a expressão do modo de ser e de viver do coletivo indígena, exemplos disto são a espacialidade e a mobilidade típicas, irrealizáveis nas atuais dimensões, a produção da subsistência do grupo e a intermediação de uma instância de poder que se interpõe entre a comunidade e a sociedade nacional. Faz-se imprescindível resistir. E os Guarani resistem.

A maneira básica pela qual refutam as imposições arbitrárias a que são submetidos pelos organismos estatais é através da afirmação consciente de uma coesão cultural alicerçada no mundo de significações da sociedade. É este sistema de valores que autoriza a um grupo étnico reagir às vicissitudes que lhe são infligidas pelas esferas dominantes, reelaborando-as ininterruptamente, permitindo compreender que as diferenças entre os Guarani e o entorno, longe de serem abolidas, são constantemente reformuladas.

A identidade significa unidade e uniformidade, volatilizando as recorrentes divergências entre *Mbyá* e *Nandeva*, por exemplo, como também as disputas e hierarquizações internas, em favor de um ser Guarani único, que existe nestes moldes, exclusivamente em termos de discurso. Este Guarani é portador de traços culturais distintivos, que, podendo ter origem no universo de

significados, muitas vezes, já não encerram mais qualquer valor na ordem contemporânea do grupo, sendo realçados, porquanto expressam a perenidade de uma forma de viver contínua, portanto, a dos antepassados. Reitera-se, nesta perspectiva, a hipótese de que o termo *Avá-Guarani* seja uma das recriações do próprio coletivo, uma vez que o *avá*, homem, verdadeiro, é capaz de, supostamente, dissipar, por meio das palavras *para fora*, as diferenças que marcam a vivência do conjunto.

A afirmação da identidade étnica, assim, é tática, instrumento político que produz mais efeito, quando fundado num referencial de conotação sentimental para a sociedade, cujo arquétipo é a terra entre os Guarani, o horizonte a alcançar, o elemento que congrega a coletividade. Não obstante o propósito inequívoco de reconquistar uma parcela maior do território original, manifesto invariavelmente na documentação, a querela desses índios com a ITAIPU, traduz, por certo, uma expectativa mais ampla, quer seja, restaurar condições que possibilitem levar a efeito o *bom modo de ser* legado pelos ancestrais.

... é possível vê-lo como a "fabricação de uma realidade", através da manipulação de signos e códigos, que *impostos* aos índios, foram por eles *apropriados*, como estratégia para reivindicar o direito a um código outro (...), que pertence a um outro universo, o das sociedades indígenas (NOVAES, 1993: 64).

Entende-se, destarte, que a identidade Guarani se apóia na alegação, através dos discursos direcionados aos *outros*, do caráter imanente e perpétuo de sinais determinados, os quais operariam como vetores da eternidade da tradição e, por conseguinte, da própria sociedade. A eficiência do *nós coletivo* instituído pelos índios exprime-se, por exemplo, no temor demonstrado pelas organizações não governamentais direcionadas à proteção dos direitos humanos, de que as posturas adotadas pela Binacional viessem a afetar a *preservação da cultura dos Avás-Guaranis*. Sem desmerecer suas boas intenções, é notório que os representantes desses organismos padecem pela carência de noções de alteridade, tendo em vista que o "homem é um animal

amarrado a teias de significado que ele mesmo teceu, assumo a cultura como estas teias" (GEERTZ, 1978: 15).

Concretamente, é lícito assegurar que a afirmação da identidade étnica contribui sobremaneira para que o coletivo atinja o objetivo traçado, ou seja, a obtenção de uma parcela maior do seu território tradicional. Saliente-se que, antes ainda da cessão do novo lugar, por volta de meados da década de 1990, a Hidroelétrica e a Fundação implantam uma série de benfeitorias no *Oco'ÿ*, ao mesmo tempo em que o grupo passa a receber do órgão tutelar, sementes e utensílios agrícolas. A terra recebida não é o que se espera, porém. Diante disto, nos presentes dias, o grupo persevera articulado, empenhando-se para que haja melhorias nas condições de vida na comunidade no *Oco'ÿ* e para que se instale uma infra-estrutura na Área de Diamante do Oeste que possibilite a transferência de famílias para este terreno.

As manchetes e excertos de matérias de jornais que seguem espelham o vigor da uniformidade étnica difundida por aqueles que se convenciona neste trabalho designar os *Guarani no Oco'ÿ*: "O motivo é o reassentamento da comunidade Avá-Guarani que foi deslocada pelo alagamento da área original com a construção da barragem" (DOC. 25, 15.10.1986); "Índios Avá-Guarani passam fome" (DOC. 40, 29.10.1990); "Situação dos avá-guarani está até hoje sem solução" (DOC. 60, s/d); "Índios Avá-Guarani: sem terra e sem trabalho" (DOC. 69, s/d); "Avá-Guarani espera solução" (DOC. 70, s/d); "Avá-guarani, uma tribo encurralada" (DOC. 71, s/d); "Criança avá-guarani: haverá futuro para ela?" (DOC. 72, s/d); "Traços de uma cultura ameaçada" (DOC. 73, s/d); "Os 230 índios remanescentes da tribo avá-guarani, instalados precariamente numa já devastada reserva florestal..." (DOC. 29, 10.07.1988); "Avas Guaranis' recebem apoio de entidade internacional" (DOC. 41, 01.12.1990); "Continua o drama dos Avá-Guarani" (DOC. 50, 21.02.1992); "Avá-guarani querem ir para Parque do Iguaçu" (DOC. 53, 24.10.1992); "Deputado cobra solução para áreas indígenas" (DOC. 56, 20.04.1994).

Por se pautar em traços culturais diacríticos, a identidade tem uma conotação, até certo ponto, estanque. A auto-identificação, pelo contrário, é essencialmente dinâmica, assumindo facetas as mais díspares, em função das

peculiaridades dos contatos estabelecidos. Neste sentido, um grupo se auto-altera, dentre outros fatores, pela interferência das interações com o exterior e do caráter assumido pelas mesmas. Há que se enfatizar que é o mundo de significações respectivo a cada um dos envolvidos que confere significado às influências mútuas (NOVAES, 1993).

A instituição da sociedade é toda vez a instituição de um magma de significações imaginárias sociais, que podemos e devemos denominar um mundo de significações. Porque é o mesmo dizer que a sociedade institui cada vez o mundo como o seu mundo ou o seu mundo como o mundo, e dizer que ela institui um mundo de significações, que ele se institui instituindo o mundo de significações que é o seu e correlativamente ao qual somente um mundo existe e pode existir para ela (...). A sociedade faz ser um mundo de significações e é ela própria por referência a um tal mundo (...) correlativamente nada pode ser para a sociedade, se não está referido ao mundo de significações, tudo o que aparece é logo tomado nesse mundo. O que unifica uma sociedade é a unidade do seu mundo de significações (CASTORIADIS, 1982: 404).

A sociedade é essencialmente auto-alteração, ou seja, transformação, que, se é proveniente da convivência dos membros de um mesmo coletivo entre si e com a natureza, origina-se igualmente do contato com outros grupos. Longe de importar em *perdas culturais*, a atuação concreta dos indivíduos põe em ação o sistema de valores, reproduzindo-o, modificando-o ou revestindo *velhos* padrões de novos significados.

Seres e objetos culturais nunca são dados, são postos por práticas sociais e históricas determinadas, por formas de sociabilidade, da relação intersubjetiva, grupal, de classe, da relação com o visível e o invisível, com o tempo e com o espaço, com o possível e o impossível, com o necessário e o contingente (...). Ambigüidade é a forma de existência dos objetos da percepção e da cultura sendo, elas também ambíguas, constituídas não de elementos ou de partes separáveis, mas de dimensões simultâneas (CHAUÍ, 1986: 122-123).

A edificação da Usina de ITAIPU, além de tornar necessária a afirmação e a manipulação de uma identidade étnica como instrumento político, ao mesmo tempo, põe os Guarani em interação com uma gama diversa de interlocutores. A conjugação destes dois elementos motiva a proposição da categoria os *Guarani no Oco'ÿ* para identificar o grupo indígena que habita a

Reserva Indígena de Santa Rosa do *Oco'ý*, entendendo que cada coletivo vivencia e sofre experiências históricas plurais e diferenciadas, resultando em sociedades que, embora eventualmente partilhem de uma mesma autodenominação, vivem de formas absolutamente distintas.¹⁹

O envolvimento com a Usina e o estatuto de tutelados, trazem uma série de efeitos para a sociedade Guarani. Antes de tudo, a tessitura de contatos com vários segmentos do exterior, como é o caso dos agentes da própria Empresa, da Fundação, de variadas organizações não governamentais, nacionais e estrangeiras, de diferentes grupos étnicos, bem como com as múltiplas faces reveladas pelo entorno regional. Evidentemente, não é executável arrolar todos os *outros* com os quais os Guarani interagem. É certo, todavia, que as relações estabelecidas ao longo do devir da sociedade são essenciais para a sua auto-alteração e para a constituição do seu *ser* atual, ou seja, do *ser Guarani no Oco'ý*.

Reputa-se, igualmente, que identidade e auto-identificação não são conceitos herméticos entre si, imbricando-se. Exemplo disto é o enfrentamento com a Binacional. Pondera-se que o emprego tático da afirmação de uma identidade étnica, a partir de um propósito definido, baseia-se num processo de auto-alteração, engendrado por meio da interpretação e internalização dos *outros* em relação, com base no mundo de significações do grupo. A transformação sócio-cultural oriunda da interação dos indivíduos com os membros do coletivo compartilhado, com a natureza e com diferentes interlocutores dá origem à auto-identificação, ou ao *ser* social, em constante mutação em decorrência da dinâmica intrínseca aos intercâmbios que perpassam uma sociedade.

Apreende-se, outrossim, que é a auto-alteração, gênese da transitória auto-identificação, considerando seu caráter situacional e relacional, que confere substância para que os Guarani arquem com os percalços infligidos ininterruptamente pela ordem vigente. Segundo esta acepção, os *Guarani no Oco'ý* elaboram e adaptam a condição de tutelados, que, sumariamente, os

¹⁹ O Capítulo II trata especificamente de aspectos da vivência dos *Guarani no Oco'ý* na contemporaneidade.

impede de dar vazão à sua mobilidade peculiar, já que proibidos de se retirar da Reserva sem autorização expressa, o que antes possibilitava a obtenção de víveres através da coleta, da caça ou da pesca. Atualmente, se um proprietário rural tiver interesse no trabalho destes índios como *bóias-frias*, deve solicitar ao funcionário da FUNAI, responsável pelo Posto Indígena, sua liberação, comprometendo-se a vir buscá-los e trazê-los de volta à Área. Saliente-se que esta é uma atividade sempre bem vinda para os membros da comunidade, por propiciar algum recurso monetário.

Impedidos de saírem da minúscula extensão de terra em que estão reduzidas praticamente quinhentas pessoas e, ante a impraticável empreitada de alimentar a todas com o fruto do cultivo de no máximo 100 hectares, os Guarani não só aceitam, como exigem, as sementes, utensílios e máquinas agrícolas cedidas pelo órgão indigenista e pela Hidroelétrica, da mesma maneira que demandam serviços de saúde, saneamento básico, educação formal, aposentadoria, auxílio-maternidade e o que mais lhes for assegurado pela legislação pertinente, de modo a garantir um mínimo de condições de sobrevivência para o grupo.

Eles requerem, ainda, insistentemente, a instalação de uma infraestrutura que viabilize a transferência de núcleos familiares para o terreno em Diamante do Oeste, intentando atenuar a apertura que marca a vida no *Oco'y*. Os horizontes são outros. A auto-alteração é óbvia e a auto-identificação que se compõe é de uma sociedade que, espoliada de seus meios de subsistência, vale-se das prerrogativas asseguradas legalmente aos *índios brasileiros* com o fito de angariar recursos que abrandem as dificuldades impostas pelos núncios do Estado-nação.

É interessante citar as fronteiras sócio-culturais e territoriais que distinguem os nativos dos trabalhadores agrícolas nacionais cujos domínios são limítrofes à Área do *Oco'y* ou estão situados nas cercanias. Apesar de geograficamente próximos, os *brancos* insistem em ignorar, sempre que possível, os Guarani, determinando entraves à ocasional travessia de suas terras pelos mesmos. Imputam aos *outros* os estigmas de sujos, preguiçosos e pouco confiáveis, embora, ou talvez por isto mesmo, cobicem as supostas

vantagens auferidas pelos índios por meio da legislação específica, cotejando-as com a situação crítica vivida pelos pequenos proprietários rurais neste país.

A interação com os agricultores não-índios, é bom que se observe, também é comparte da constituição do *ser Guarani no Oco'y*, afixando-se que, independentemente da animosidade expressa, em épocas de plantio e colheita, os indígenas em busca de meios monetários, visando a incrementar os recursos da família, trabalham como *bóias-frias* para os colonos, aprendendo novas maneiras de cultivar a terra. Percebe-se que o coletivo indígena interpreta e incorpora práticas deste entorno em várias dimensões, indo desde a lida na lavoura e a utilização de alguns utensílios domésticos, até ritos religiosos.

Os citadinos, mesmo os que habitam cidades de pequeno porte, na grande maioria das vezes, desconhecem mesmo que permaneça no Oeste qualquer grupo de índios. Exceções são as oportunidades em que as escolas da região organizam excursões até a aldeia, com a meta de que crianças e adolescentes conheçam *índios de verdade*. Nesses ensejos, costuma-se levar donativos, muito bem vindos perante a situação falimentar em que sobrevive a comunidade. Divise-se que, ante a escassez de recursos que assinala a vivência no *Oco'y*, praticamente toda a roupa que os habitantes da aldeia vestem provém da caridade de setores da sociedade nacional.

Os Guarani costumam freqüentar as cidades com a meta de venderem o pouco artesanato que confeccionam, consistindo ele em esculturas de madeira, representando miniaturas de animais comuns nesta região, e colares de grãos. Com o produto da venda, a intenção é comprar um pouco de sal, e outros bens só passíveis de aquisição através de meios monetários. O dinheiro arrecadado, entretanto, sempre é pouco. Em suas falas, os índios manifestam ressentimento em relação às restrições para que se ausentem da Reserva e às proibições para que permaneçam no meio urbano, enfatizando a insistência das autoridades em lhes solicitarem a apresentação de documentos. O Guarani está cercado.

Mais por isso que eu digo hoje, o Guarani de agora já vem se apertando. Ou seja, índio, sei lá, eu acho que da minha parte vem se apertando porque naquela época, cinqüenta anos atrás, ou na minha época ninguém ligava quando o Guarani vai viajar de a pé daqui até em São Miguel, e dorme lá.

fazer um foguinho lá, ninguém ligava, polícia não cuidava lá, não tinha problema não, mas hoje não, chega lá no São Miguel: Cadê a identidade? Cadê o registro? Olhe, o carro vai te pegar daqui a pouquinho. Porque é muita população, muito perigo. Então eu penso assim, o Guarani vem se apertando, igual que nem bichinho. Bichinho, cotia, cateto, algum outro bichinho não pode sair aqui na rua porque o bicho pega, ou seja, o cachorro, o carro, alguma coisa logo, logo mata. Então na minha parte eu acho que o Guarani vem se apertando (SOUZA, depoimento em 01.06.2000).

Aspecto significativo na auto-identificação *Guarani no Oco'ý* é o fato de que o coletivo não é homogêneo, a despeito das palavras em contrário, destinadas a disseminar a perenidade da uniformidade e da coesão sócio-cultural. No seio da sociedade, as divergências se distinguem facilmente: são diferenças, disputas e hierarquizações. O constante conflito entre *Mbýá* e *Ñandeva* é meramente um exemplo. Outra faceta, e que denota nitidamente a ingerência dos contatos, é a sempiterna disputa pelo poder entre as lideranças, que, nas suas tentativas de adquirirem ascendência sobre a comunidade, manipulam as relações com os enviados da FUNAI, da ITAIPU, das organizações não governamentais e mesmo com os pesquisadores. Divise-se que a percepção destas contendas deriva da convivência com a comunidade por extensos períodos, uma vez que o discurso *para fora* prossegue exaltando a conformidade étnica.

É interessante mencionar, ainda, que, em determinadas esferas, os índios supostamente não admitem a interferência externa, mas que, mesmo assim, é possível perceber a influência da sociedade nacional. Analisa-se, então, que a elaboração e internalização de elementos originalmente extrínsecos não significam *perdas culturais*, mas são componentes de um processo de auto-alteração e de construção de uma auto-identificação singular, o *ser Guarani no Oco'ý* no presente.

Conclui-se, conseqüentemente, que, para compreender a diversidade que particulariza os Guarani no Oeste na contemporaneidade, há que se ter como fundamento o mundo de significados da sociedade, acrescido à recuperação da história concretamente vivida pelo grupo. Desta forma, torna-se plausível compreender a produção e a reprodução da unidade inclusiva da coletividade e, ao mesmo tempo, a sua diferença em relação aos circunstanciais

interlocutores. Neste sentido, tendo como base as vicissitudes que assinalam sua vivência no passado recente e considerando o inusitado que distingue o *ser* deste povo nesta região nos dias de hoje, qualifica-se exequível a designação *Guarani no Oco'ý* para identificá-lo.

CONCLUSÃO

Quando, no silêncio da abjeção, só se ouve o retinir da corrente do escravo e a voz do delator; quando tudo treme diante do tirano e é tão perigoso estar em suas graças ou merecer sua desgraça, aparece o historiador, encarregado da vingança dos povos (*Chateaubriand. Le Mercure de France. 4 de julho de 1807. apud BOUTIER & JULIA (orgs.), 1998: 21).*

Do mesmo modo que acontece com várias sociedades indígenas, os Guarani no Oeste paranaense também são alvos de expropriação territorial e da ingerência dos poderes estatais. Esta afirmativa permite indagar acerca da validade desta pesquisa levada a efeito e das reflexões aqui apresentadas, as quais tem como principal resultado a redação desta Tese de Doutorado. A isso se pode replicar, elucidando que cada grupo étnico elabora o contato, seja com o Estado-nação em suas inúmeras facetas ou com qualquer *outro*, de maneira própria e de acordo com o seu mundo de significações.

As estratégias de intervenção dos agentes governamentais, apesar de seus objetivos homogeneizantes, assumem certas particularidades segundo as circunstâncias determinadas. Divergindo ainda o caráter das relações, tanto quanto os interlocutores com os quais os diferentes povos nativos mantêm intercâmbios, compondo contextos sócio-históricos característicos, dos quais decorrem coletivos indígenas que se auto-identificam de forma insólita.

Considera-se, por conseguinte, que a auto-alteração e, logo, a auto-identificação têm uma conotação circunstancial e relacional. Nesta acepção, a distinção étnica dos Guarani situados no Oeste paranaense na atualidade, deve levar em conta, essencialmente, a rede de significados da sociedade e as contingências efetivamente vivenciadas pela mesma, com a finalidade de compreender o processo de fabricação e refabricação de sua unidade inclusiva, bem como de sua diferença em face dos *outros* com os quais interage. Diante da singularidade que assinala o *ser* desse grupo no presente, reputa-se apropriada a formulação da categoria *Guarani no Oco'ý* para identificá-lo.

O povoamento efetivo desta região por trabalhadores nacionais¹, reiterar-se, acontece entre os decênios de 1940 e 1960, aproximadamente, sendo levado a efeito através da atuação conjugada dos poderes estatais, das companhias colonizadoras e dos migrantes sulistas, de ascendência germânica ou italiana. Os procedimentos dessas empresas, com destaque para a Maripá, são cuidadosamente planejados, projetando-se aspectos que vão desde a estrutura fundiária mais adequada até o elemento humano ideal para habitar estes confins, perante o propósito de fazer deste setor partícipe e colaborador do *progresso* do país.

A Maripá, particularmente, serve-se em larga escala da mão-de-obra dos grupos nativos para edificar a infra-estrutura apropriada para receber os *pioneiros*. Todavia, como os indígenas não constam nos planos da Companhia, eles devem ser retirados do local, dentre outros motivos, pela renitência dos colonos em viverem nas cercanias de sítios ocupados por índios. A remoção se dá de forma violenta, forçando muitos núcleos familiares a buscarem refúgio nas matas ínvias ou migrarem para outras áreas guaranis no Paraguai ou Argentina.

É interessante observar, que, estabilizada a colonização, os Guarani pouco a pouco regressam, assentando-se nos escassos lugares livres da presença dos *conquistadores*, reconstruindo espaços, instalando aldeias e perambulando pelo interior do território que acreditam ser seu. A insistência em permanecer no Oeste, a despeito da espoliação territorial que os atinge, resulta numa relativa aproximação com o entorno. Desta forma, caminham pela região e ocasionalmente trabalham como *bóias-frias* para os proprietários rurais.

Parava na aldeia uma semana, duas, um mês, um ano, mas eu sempre saía trabalhar fora, porque a gente se acostumava mais trabalhando pras fazendas. Ficava morando nas fazendas, mas não mudava pra lá, fazia um barraco de lona, até terminar o serviço e daí voltava pra aldeia. Eu até agora me lembro ainda que na Jacutinga tinha bicho para caçar, tinha peixe, a gente nessa hora não se preocupava em ir lá pra cidade, pra achar alguma coisa, nessa hora o pessoal trabalhava numa rocinha, carpia pra plantar melancia, pra plantar alguma rama, era assim. E aonde nós ia não tinha muita

¹ O processo de colonização recente do Oeste do Estado do Paraná e a questão envolvendo a instalação da Usina Hidroelétrica ITAIPU Binacional e suas implicações para a sociedade Guarani na região são tratados detalhadamente nos Capítulos IV e V.

preocupação com parte de documento, é não tinha essas preocupação. Tudo era liberdade, Pato Bragado, lá pra Marechal Rondon, lá pra Guaíra, Porto Mendes, por ali cheio de índio era. Não havia muitos brancos ainda e trabalhava nas lavouras que tinha. Desde onze anos que eu comecei a trabalhar, eu trabalhava com a foice, com o machado, mais ou menos de 1969 a 1973 não tinha muita moto-serra, então nós roçava o mato e derrubava com o machado pro patrão. Aqui em Santa Helena, lá pra Pato Bragado, Marechal Cândido Rondon, era mato, não era assim trigo ainda, era mato. Tem bastante mato ainda naquela época, e ali nós trabalhava, e índio andava sem documento (SOUZA, depoimento em 01.06.2000).

O surgimento de ITAIPU, no entanto, implica em mudanças drásticas para o coletivo indígena. As táticas quase que sub-reptícias de infiltração pelos recônditos incultos, recuperando-os e os transmudando novamente em espaços guaranis, o vagar em meio às propriedades dos colonos sem serem percebidos, a relação com os novos habitantes, que, se não é propriamente amistosa, pelo menos, proporciona recursos monetários através do trabalho nas lavouras, não têm como surtir efeito frente à nova conjuntura que se delineia.

A instalação da Usina traz, portanto, uma série de alterações para os indígenas que habitam o Oeste paranaense. Da mesma forma que os compele a propalarem uma identidade étnica, manipulada como instrumento político, em razão da necessidade de enfrentar a Hidroelétrica para fazer valer seus direitos, coloca-os em contato com múltiplos segmentos da sociedade nacional e mesmo internacional. Estes fatores, conjugados, são tributários do processo de auto-alteração e auto-identificação da coletividade e, por conseguinte, da composição do *ser* do grupo no presente.

Com a finalidade de proceder aos estudos preliminares necessários para viabilizar a construção da Binacional na região, em 1977, a FUNAI institui um subgrupo de trabalho com a meta de averiguar as condições fundiárias locais e a eventual presença de elementos nativos. A metodologia de investigação de que se serve esta comissão – composta por apenas dois elementos, saliente-se, um dos quais funcionário do INCRA –, compromete, sobretudo, os informes encerrados no seu relatório final. Este documento declara existirem índios no Oeste, num total de apenas onze famílias. Deve-se destacar que tais remates repercutem por um longo período, uma vez que os

agentes da Usina e mesmo da Fundação, no transcorrer de muitos anos, usam como argumento básico para não cederem às requisições dos Guarani as conclusões do subgrupo de trabalho "XV".

O resultado imediato do desempenho do comitê para os nativos no Oeste é o seu reconhecimento oficial e a conseqüente transformação em *índios brasileiros*. Faz-se mister reafirmar que os Guarani entendem uma expressiva fatia do Oeste paranaense como parte do seu território tradicional, mais especificamente, a extensão entre as cidades de Foz do Iguaçu e Guaíra, às margens do rio Paraná e seus afluentes, abrangendo uma extensão aproximada de 20000 quilômetros quadrados.

O reconhecimento oficial, supostamente, pode significar vantagens para o coletivo, tendo em vista os ditames impostos pela legislação indigenista brasileira, no que respeita aos deslocamentos de povos indígenas dos seus locais de origem. Há que se avaliar, contudo, o empenho dos poderes estatais para dirimir quaisquer impasses que sejam capazes de obstar a concretização das obras da Usina. Nesta perspectiva, o órgão tutelar segue na mesma direção dos agentes da Hidroelétrica e toma como referência, até que se desentenda com os núncios da ITAIPU, os números contidos no documento final produzido pelo subgrupo, para deliberar acerca de um local conveniente para reassentar os índios que precisam ser transferidos em virtude da edificação da Binacional.

Após uma série de tratativas e levando em conta a urgência para conseguir um outro lugar, em vista das pressões que partem da ITAIPU para que os nativos se retirem prontamente das terras que habitam, firma-se uma espécie de tratado entre os Guarani, a ITAIPU e a FUNAI, através do qual a Empresa cede aos índios um terreno com dimensões de 251,15 hectares, demarcado pelo órgão tutelar como reserva indígena. É a Área Indígena de Santa Rosa do *Oco'y*, para a qual os índios são remanejados em meados de 1982, quando ainda não existe o reservatório. Observe-se, que, ante a insatisfação do grupo com o terreno, os dois organismos estatais alegam que é a própria comunidade que opta pelo mesmo, devidamente assessorada por várias entidades não governamentais. A análise dos depoimentos põe em dúvida esta escolha assistida.

O cacique falou assim, que os brancos chegaram lá em Jacutinga, e retiraram, pegaram os índios e colocaram no caminhão. Os índios não sabiam pra onde que os brancos tinham levado eles, mas na realidade a ITAIPU já tinha essa reserva aqui preparada, sem contar pros índios, e esse pessoal da ITAIPU trouxeram eles aqui. Só que eles não sabiam pra onde que eles tavam sendo levados. Ele falou que todo mundo resolveu de vim com ele, que os índios tinham confiança no cacique porque era cacique, e também os índios pensaram que ia pra outro lugar. Mas na verdade nem o cacique não sabia pra onde eles tavam indo. Ele falou que na mudança, ele não sabia pra onde ia, ninguém comunicou ele, que ele ia pra outra terra ou pra outro lugar, ele não sabia, mas na chegada aqui os brancos explicou pra eles que aquela terra onde que eles moravam antigamente ia ser, ia ficar embaixo da água, e a troca daquele lugar era esse aqui... (MARTINS, depoimento em 13.07.2000).

A mudança para a condição de tutelados, acrescida ao confinamento num espaço restrito, do qual há severas restrições para se ausentar, conduz o grupo a incontáveis tentativas de comunicação com representantes dos órgãos governamentais responsáveis pela sua fixação no *Oco'y*. A princípio, ambos os organismos repelem todos os ensaios de entendimento que os índios levam a efeito, desobrigando-se explicitamente de acatar quaisquer reivindicações, seja por uma área maior e mais adequada ao modo de viver dos Guarani, postulado constante, seja por benfeitorias, o que raramente se solicita. Os emissários do poder validam sua atitude, alegando que a Reserva é dotada de dimensões superiores às do terreno que os nativos ocupavam anteriormente, sublinhando que a escolha do local de assentamento é realizada pela comunidade, favoravelmente auxiliada por membros de diversas organizações não governamentais preocupadas com o respeito aos direitos humanos em geral, e dos indígenas em particular, como a ANAI, o CIMI, a CPJP, dentre outras.

Sustenta-se que a exegese do excerto do depoimento que precede o último parágrafo e da citação subsequente torna lícito escarnecer da insistência dos enviados da Usina e da Fundação sobre a tal *escolha assistida*. É importante fazer referência ao fato de que Fernando Martins é o guia espiritual da comunidade, quando da sobrevinda da Hidroelétrica, sendo que suas funções têm uma conotação de transcendência ao mundo natural, já que se trata de um pajé. Portanto, pelo prestígio alcançado pelo poder da sua reza junto ao *Nanderu*, ele congrega os índios.

Diante da ampliação dos contatos com os *brancos*, Fernando é impelido a exercer também um papel discernível como de líder político, recuperando-se, em efeito das contingências, a personagem do cacique. Indaga-se, então, a respeito da legitimidade da *opção consciente*, tendo em vista que o próprio cacique não fala ou entende o idioma nacional, da mesma forma que os demais membros do coletivo. Pondera-se, por conseguinte, que a percepção do que está a ocorrer é bastante limitada num primeiro momento.

Ao chegar à Área, entretanto, e tentar organizar a vida da comunidade, o grupo se depara com uma série de contrariedades, como, por exemplo, a limitação do lugar, dada a forma de organização espacial desta sociedade. Outro fator que gera descontentamento é o impedimento para que os índios se retirem do terreno, visto que a situação de tutelados pressupõe a permanência dentre as balizas fixadas pela Fundação, havendo firmes restrições para que os mesmos se ausentem da aldeia, carecendo de justificativa pertinente para conseguir uma autorização especial para tal intento, o que entra em franca contradição com a mobilidade dos caminhantes Guarani. Elaborando e internalizando as circunstâncias, o coletivo dá início a uma extensa trajetória de resistência às estratégias de dominação do Estado-nação, exigindo soluções para os seus pleitos e, servindo-se para o seu alcance de táticas, a arma do fraco, segundo Certeau (2000).

Deve-se considerar, no entanto que com o respaldo dos poderes estabelecidos, a ITAIPU manipula as recomendações do relatório no transcorrer de praticamente duas décadas, no intuito de se eximir de qualquer responsabilidade referente aos índios situados na região. É tão somente a partir de alterações nos contextos nacional e internacional que as condições de enfrentamento se alteram, abrindo caminho para que a sociedade indígena disponha de meios mais efetivos para lutar por melhores condições de vida.

Eles deram esse pedacinho, porém ninguém saber, levou um documento, assina aqui, o cacique assinou lá, e voltou lá, e disse que tinha pego a área, mas a comunidade não sabe se era grande ou pequena, ou qual é o tipo de área, a gente não sabe. Mas já tinha (...), o cacique já assinou, e no documento fala que só essa terra, só essa terra, não tem maior, não tem mais incomodação. Então por isso que o cacique foi enganado, e até nós também fomos enganados, mas (...) mesmo isso eles prometeram de ajudar durante 25 anos a comunidade, mas só que a gente não tem interesse de pegar as coisas

a troca de terra. É melhor a gente lutar e deixar a coisa mais pra diante. É por isso que a gente começou a brigar com Itaipu, ela deu o pedaço aqui. Nós viemos aqui era 08 de junho do ano 1982. Era aqui no Oco'ÿ, começou. Vai fazer dezolito anos aqui. Então na época não tinha o lago. Onde é o lago tava cheio de erva-mate, a gente andava por ali, caçava, pescava, a gente não sabia (...) um homem falou assim que essa árvore que tá na terra baixa não vai aparecer nem a ponta, tudo vai ser água. A gente nem acreditava. Aí então começou a briga, e daí nós queremos recuperar aqueles 1500 hectares que tinha em Jacutinga, que era a divisa o rio Oco'ÿ (PEREIRA, depoimento em 01.06.2000).

A situação se agrava, quando é formada a represa de ITAIPU, o que representa uma redução de pelo menos 20 hectares no total da superfície demarcada. Saliente-se que a parcela submersa se diferencia pela incidência de alguma cobertura de matas nativas, possibilitando, em certa medida, a caça e a coleta, como também o acesso a espécimes vegetais importantes para a vivência da comunidade, seja pelo seu proveito medicinal, ritual ou como matéria-prima para o artesanato e construção de habitações. Há, ainda, no local, no momento em que este é tragado pelas águas, moradias e roças plantadas.

Se Itaipu não surgisse naquela época, nós não estaria aqui. Porque nós mais acostumados num lugar assim (...) mata virgem, porque mata virgem você sabe (...). Porque é igual passarinho, índio é assim, aonde acha um pé de árvore, alguma fruta, ele fica muito contente. Porque se não fosse ITAIPU surgir naquela época, nós não estaria aqui, nós tava lá ainda, porque lá tinha caça, tinha peixe (...) na beira do (rio) Paraná, e no rio Oco'ÿ também tinha peixe, e pra cá tem mato, lá nós caçava, matava os bichinhos de caça. De lá começou essa área aqui, essa aldeia, aqui é limpo não tem nada (SOUZA, depoimento em 01.06.2000).

Diante das dificuldades de sobrevivência e do descaso dos órgãos competentes, a comunidade no Oco'ÿ se articula com a finalidade de fazer valer suas reivindicações. O primeiro passo da reação parece ser a vinda de João Centurião do Paraguai, seguido por aproximadamente duzentos Guarani *Ñandeva*, e sua eleição para o posto de cacique, refletindo-se que o grupo acredita que ele seja um líder habilitado a confrontar os *brancos* em condições de igualdade. "Aí tinha a briga, e a ITAIPU não queria reconhecer, a terra já tinha dado, porque eu não tenho outra, nossa luta foi 15 anos, bastante tempo" (PEREIRA, depoimento em 01.06.2000).

Assiste-se, a partir daí, tendo como fundamento a teia de sentidos da sociedade, à composição e divulgação, em termos de discurso, de um *ser Guarani*, uniforme e harmônico, destituído de contradições, disputas internas ou hierarquizações. Empregam-se, propositadamente, sinais culturais distintivos, que, atinentes à rede de significados, muitas vezes, já não tem mais relevância na ordem atual do grupo, mas, que, por corresponderem ao que é lugar comum qualificar como *índio*, são enfatizados.

Destarte, afirma-se uma identificação étnica enquanto instrumento político destinado a respaldar os Guarani para enfrentarem um adversário imensamente mais poderoso, deduzindo-se que a síntese desta conformidade, na época, é o indicativo *Avá-Guarani*. A identidade significa, portanto, homogeneidade, abolindo-se, por meio das palavras, as recorrentes divergências entre *Mbyá* e *Nandeva*, por exemplo, como também as demais dissensões que marcam a vivência da comunidade, em favor de um ser Guarani único, que existe nestes moldes, exclusivamente em termos de um discurso direcionado aos *outros*. Diante da sua inexistência concreta, a identidade como tática adquire maior eficácia se vinculada a um aspecto sentimental da vida do coletivo. Elege-se, deste modo, a terra como o horizonte a alcançar, divisando-se que, em verdade, o que se está a buscar é o regresso ao *bom modo de ser e de viver* legado pelos ancestrais.

Entende-se, assim, que a afirmação consciente de uma coesão cultural, alicerçada no mundo de significações da sociedade, é a maneira básica pela qual os Guarani refutam as imposições arbitrárias a que são submetidos pelos poderes instituídos. Nesta perspectiva, é válido certificar, que, o sistema de valores imanente a um grupo étnico é a instância que o habilita a reagir perante as vicissitudes que lhe são infligidas pelas esferas dominantes, reelaborando-as ininterruptamente, permitindo perceber que as diferenças entre o povo indígena e o entorno longe de serem extintas, são, isto sim, constantemente reformuladas.

Num contexto de preocupações ecológicas, como se distingue a década de 1990, os Guarani se valem de artimanhas diversificadas com o fito de divulgar a ameaça que as estratégias empregadas pelos emissários do Estado-

nação, leia-se ITAIPU e FUNAI, representam para a *preservação* de sua cultura tradicional. Neste sentido, organizações não governamentais do Brasil, e mesmo estrangeiras, pressionam a Hidroelétrica e a Fundação para que atendam aos postulados dos índios, que se traduzem na requisição de uma área de 1500 hectares, dotada de particularidades que se ajustem aos padrões usuais deste povo indígena.

As próprias instituições voltadas para a defesa dos direitos humanos propiciam a revelação das dificuldades que assolam a comunidade no *Oco'ÿ*, através dos mais variados meios de comunicação, engendrando, junto à opinião pública uma forte rejeição ante as atitudes da Binacional. Provavelmente assessorados por organismos de amparo às prerrogativas indígenas, o fato é que os Guarani expedem correspondência até ao Banco Mundial, principal financiador da construção da Usina, relatando suas pendências com a mesma. Acrescente-se, também, os problemas judiciais a que a Empresa tem de responder, em conseqüência do desdém com que trata as reivindicações da comunidade.

Os constrangimentos adquirem tal dimensão, que obrigam ITAIPU e FUNAI a atenderem às exigências dos índios. Instalam então, algumas benfeitorias na Área do *Oco'ÿ*, concedendo finalmente a terra requerida, ou seja, um outro terreno com superfície de 1744 hectares. Aparentemente se atinge o horizonte, porém, o horizonte não é algo que se possa alcançar... só que isso é uma outra história.

Apreende-se, desta forma, que a afirmação de uma identidade étnica, expressa por meio do discurso *para fora*, é efetivamente um instrumento político capaz de municiar o coletivo para confrontar e subjugar, na sua própria esfera de luta, os detentores dos poderes institucionalizados, cuja condição lhes permite utilizar estratégias variadas para submeter os Guarani. Peleja-se com os *brancos*, com as armas dos *brancos*, no território dos *brancos* e se sobrepuja os *brancos*.

A terra não é bem o que se espera, tanto é assim que a maior parte da coletividade permanece no *Oco'ÿ*. Os domínios concedidos são marcados por um solo excessivamente pedregoso, falta de nascentes de água e poluição dos

rios próximos por agrotóxicos, devido a ação dos agricultores nacionais, escassez de cobertura vegetal e, ao mesmo tempo, privação de qualquer tipo de infra-estrutura que torne viável o assentamento dos índios no local. Deve-se destacar, que, apesar das querelas internas, perceptíveis apenas através da convivência mais demorada, o discurso voltado para o exterior, proclamando a uniformidade étnica, persevera. Sustenta-se, assim, que os Guarani prosseguem articulados, concentrando seus esforços para a obtenção de benfeitorias e utensílios que melhorem a situação da comunidade no *Ocoÿ*, e, principalmente, que façam da área no município de Diamante do Oeste, um lugar passível de fixação. Os horizontes agora são outros.

Reiterando-se, a identidade, por se pautar em sinais culturais diacríticos, é relativamente estanque. A auto-identificação, por seu lado, pela sua conotação circunstancial e relacional, sofre alterações contínuas, assumindo facetas diferenciadas em decorrência de quem seja o interlocutor em questão. O estabelecimento da ITAIPU no Oeste paranaense importa para os Guarani, de imediato, no contato com um universo amplo e diversificado, impossível de imaginar antes de sua ocorrência efetiva. São relações com organizações não governamentais, com agentes da Hidroelétrica, funcionários da FUNAI e, até mesmo, com o novo entorno que se forja em razão das circunstâncias. Não há como arrolar todos os interlocutores com os quais este povo indígena interage – ou mesmo a ordem destas interações – no seu passado recente, nem mesmo os efeitos subseqüentes, ou seja, as alterações provocadas pelas conexões.

Assegura-se, contudo, que o mundo de significações fundamenta a sociedade no processo de elaboração e adaptação de elementos intrínsecos aos *outros* em relação, do que decorre a auto-alteração e a constituição do novo *ser Guarani*, ou da sua auto-identificação neste local e neste tempo específicos. Mesmo se qualificando como impraticável discorrer a respeito de todos os intercâmbios – incluindo suas características e desdobramentos para o coletivo indígena – travados pelos Guarani durante o período delimitado para esta pesquisa, há que se ressaltar, todavia, sua transformação em *índios brasileiros*,

reduzidos a uma reserva ínfima, da qual há severas restrições para se ausentarem.

A condição de tutelados traz em si várias prerrogativas, como o direito à assistência médico-hospitalar, à aposentadoria como trabalhadores rurais, ao auxílio-maternidade e à educação formal. Estas supostas benesses são incorporadas e mesmo exigidas pelo coletivo, que se serve delas no intuito de abrandar as dificuldades de fazer subsistir praticamente quinhentas pessoas numa extensão de pouco mais de 200 hectares.

Naquela época de ITAIPU já vieram assim: o que é Guarani tem que chegar lá pra área. Os Guarani tinha o lugar certinho, a aldeia, assim que nem Jacutinga, só indicado pro índio, mas não era marcado, como agora. Então a pessoa saía assim, a pessoa não era cercado, que nem agora, se fosse naquela época o Guarani trabalhava na Santa Rosa e fazia barraquinha lá e de lá voltava aqui de novo, era assim naquela época, e hoje não, se for um Guarani pra trabalhar lá, tem que vir com trator, patrão mesmo vem buscar, traz de volta, hoje funciona assim. E naquela época não, naquela época o Guarani vai lá fazer sua barraquinha e trabalhar pras pessoas. Então a diferença que vem, vem depois de ITAIPU, a diferença que a gente leva terminou com a nossa mata, nossa água, natureza, água boa... (SOUZA, depoimento em 01.06.2000).

O confinamento se traduz em transformações significativas na espacialidade, na mobilidade e nas formas de plantio deste povo indígena. Não há como dar vazão aos fatores do modo de ser tradicional no interior de balizas tão estreitas. Exemplo disto é a alteração que atinge o grupo no que se refere à forma de lidar na lavoura, resultante em parte das poucas opções alternativas de sustento, como caça, pesca e coleta e, fundamentalmente, da disparidade entre a superfície plantada e o número de bocas a alimentar, obrigando os índios a adotarem uma modalidade de cultivar a terra similar a dos *brancos*. Desde meados do último decênio, além das benfeitorias, o grupo tem que contar com sementes e utensílios agrícolas cedidos pela FUNAI e pela Usina, para conseguir, ao menos, sobreviver.

Outra característica da tutela é o controle estrito que a Fundação exerce sobre todas as atividades executadas pelos índios, divisando-se que a autoridade do órgão tutor se manifesta nas circunstâncias mais prosaicas possíveis. Observe-se, que, se os membros da comunidade pretenderem

trabalhar para os proprietários rurais das cercanias como *bóias-frias*, ou se ausentarem da Área, ou planejarem espécies a serem plantadas, ou contatarem com organismos governamentais ou não, dentre outras questões, carecem sempre da permissão prévia do chefe do Posto da FUNAI.

É o seguinte, a FUNAI trabalha assim, ela fiscaliza o serviço do índio. Por exemplo, aqui nós temos a farmácia, tem as enfermeiras, motorista. Até agora nós temos só dois Guarani habilitado pra ser motorista, e eu tenho dois agentes de saúde indígenas também. Uma da parte de saneamento, dá três pessoas Guarani na parte de saúde. E tem duas enfermeiras lá em cima, na Santa Rosa que cuida da parte de enfermagem, é auxiliar de enfermagem. E tem o chefe da FUNAI, então o chefe ele tá fiscalizando, fiscaliza de papel, por exemplo, esses dias nós temos um negócio que tinha que endireitar divisa, ali essas coisas então ele tem que estar junto, quando vem IBAMA, quando vem ITAIPU, lá na Prefeitura ele tem que estar com a gente (SOUZA, depoimento em 01.06.2000).

Em vista dos minguados limites dentre os quais os Guarani devem produzir o suficiente para se auto-sustentarem, eles modificam o caráter da condição de tutelados de acordo com suas necessidades. Os direitos inerentes à categoria *índios brasileiros* são manipulados e exigidos, como forma de amainar minimamente os efeitos da restrição territorial. O coletivo absorve as contingências impostas pelo Estado-nação, auto-alterando-se e compondo uma auto-identificação peculiar, o *ser Guarani no Oco'ÿ*.

Em síntese, o contexto constituído em razão da implantação de ITAIPU representa para os Guarani a necessidade da afirmação de uma identidade étnica, ao mesmo tempo em que os coloca em contato com múltiplos interlocutores. A partir do sistema de valores intrínseco à sociedade, o grupo interpreta e adapta as circunstâncias, auto-alterando-se e fundando um *ser Guarani* característico como resultado de sua inserção numa conjuntura sócio-histórica particular. Despontam os *Guarani no Oco'ÿ*.

Guarani não deixa de ser Guarani, é a natureza do índio. Porque o pai dele, o avô dele já ensinaram assim que o que Deus dá pra gente tudo bem, se não dá, a gente espera. Então a gente vai indo assim. Agora no meu pensar é assim também, acho que você é a mesma coisa porque hoje em dia tem que suar pra comer, pra viver, pra ter alguma coisa, lá fora é assim, no meu pensar é assim. Clareou o dia tem que estar de pé pra ganhar o pão de cada dia. Agora o Guarani não, o Guarani é igual que nem um passarinho, se ele sair sem comer, dali a pouco ele acha por ali, nem que seja dez horas, meio-dia,

três horas, ele come quando vem, uma vez por dia pra ele tudo bem. Se a gente se acostumar três vezes por dia também não pode errar, três vezes por dia tem que comer, se a pessoa fica uma hora sem comer aí complica (SOUZA, depoimento em 01.06.2000).

Considera-se que as questões desenvolvidas no transcurso deste estudo denotam uma abordagem produtora de situações de contato. Parte-se do assinalar da diversidade e da pluralidade que distinguem as populações indígenas situadas no território brasileiro, avaliando as repercussões, para uma sociedade nativa em particular, da atuação dos diversos interlocutores com os quais este povo interage ao longo do seu devir, evidentemente, que dentre a delimitação temporal definida para esta pesquisa. Questiona-se, igualmente, acerca das diferentes "representações que tais povos fazem do seu contato com o homem branco e de sua inserção nessa história" (OLIVEIRA, In: OLIVEIRA (org.), 1998: 15-42: 15).

Analisa-se, assim, as atuações dos núncios do indigenismo que mantêm intercâmbios com os nativos, apreendidas em termos locais, relatando detalhadamente as estratégias dos agentes do poder na condição de fenômenos sociais vinculados aos diferentes mundos de significação que caracterizam contextos particulares. Neste sentido, entende-se que este trabalho extrai sua originalidade dos interlocutores envolvidos e do substrato teórico-metodológico que o sustenta, ainda que consista no relato de mais um episódio do difuso processo de dominação que assola os povos indígenas no Brasil há séculos.

O exame, mesmo que breve, da colonização moderna destas paragens e, com mais ênfase, do episódio que permeia a instalação de ITAIPU no Oeste, deve ser atribuído, então, à perspectiva de que a eleição como objeto das repercussões da atuação dos vários agentes de contato sobre as populações indígenas, torna imprescindível que se destaque as distinções que particularizam grupos e culturas. É necessário ter em vista, outrossim, as diferentes imagens que os indígenas constroem das interações mantidas com os não-índios e, qual o papel desempenhado por estes últimos na história em questão.

O destino dos povos e culturas indígenas, tal como o de qualquer outro grupo étnico ou nação, não está escrito previamente em lugar algum. A sua

feição primitiva, a sua vulnerabilidade e a presumida tendência à extinção não foram jamais componentes naturais de sua existência, mas sim o resultado da compulsão da elites (...) em instituir a homogeneidade, tentando abolir a ferro e fogo as diferenças culturais, religiosas e políticas (OLIVEIRA (org.), 1998: 7-8).

Enfatiza-se, neste sentido, que, ao mesmo tempo em que se sublinha a heterogeneidade entre as várias sociedades indígenas, é basilar que se proceda a uma apreciação referente à “ação das frentes de expansão e das frentes de contato” em termos relacionais e situacionais, tratadas nos seus pormenores enquanto fenômenos sociais e “articuladas aos diferentes códigos culturais que estão em jogo nessa situação específica” (OLIVEIRA, In: OLIVEIRA (org.), 1998: 15-42: 16).

Sustenta-se que este procedimento garante ao trabalho sua originalidade, uma vez que com base na averiguação de um micro-universo em suas peculiaridades, conecta-se o mesmo a uma dimensão mais ampla, no sentido que ele traduz uma nova faceta do processo de conquista que atinge as sociedades indígenas há mais de quinhentos anos.

Ruminando a palavra de Deus e os diversos textos que a comentam, o monge nela penetrava, e penetrava assim em sua significação profunda. Pode-se dar o mesmo no que concerne ao texto do social. Ao abordá-lo de diversos lados, ruminando ao mesmo tempo seus impasses e suas fulgurantes explosões, pode-se participar da experiência coletiva e do mistério do qual ele é a expressão (MAFFESOLI, 1995: 12).

FONTES ACESSADAS VIA INTERNET

- FONTE A: FUNAI. Histórico. Disponível na Internet em <http://www.funai.gov.br/> Acessado em 04 de mar. de 2001.
- FONTE B: FUNAI. Estatuto do Índio. Disponível na Internet em <http://www.funai.gov.br/>. Acessado em 04 de mar. de 2001.
- FONTE C: FUNAI. Constituição da República, de 05 de outubro de 1988. Disponível na Internet em <http://www.funai.gov.br/>. Acessado em 04 de mar. de 2001.
- FONTE D: ITAIPU. Histórico. Disponível na Internet em <http://www.itaipu.gov.br/>. Acessado em 08 de abr. de 2002.
- FONTE E: ITAIPU. Documentos oficiais: Estatuto da Itaipu. Disponível na Internet em <http://www.itaipu.gov.br/>. Acessado em 08 de abr. de 2002.
- FONTE F: ITAIPU. Documentos oficiais: Tratado de Itaipu. Disponível na Internet em <http://www.itaipu.gov.br/>. Acessado em 08 de abr. de 2002.
- FONTE G: ITAIPU. Documentos oficiais: Natureza jurídica de Itaipu. Disponível na Internet em <http://www.itaipu.gov.br/>. Acessado em 08 de abr. de 2002.
- FONTE H: PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU. Disponível na Internet em <http://www.ibama.gov.br/>. Acessado em 08 de abr. de 2002.
- FONTE I: IBAMA. Histórico. Disponível na Internet em <http://www.ibama.gov.br/>. Acessado em 09 de abr. de 2002.
- FONTE J: CIMI. Quem somos. Disponível na Internet em <http://www.cimi.org.br/>. Acessado em 16 de abr. de 2002.
- FONTE K: ANAI. Sobre a Anai. Disponível na Internet em <http://www.anai.org.br/>. Acessado em 16 de abr. de 2002.
- FONTE L: ELETROBRÁS. Histórico. Disponível na Internet em <http://www.eletrabras.gov.br/>. Acessado em 05 de mai. de 2002.
- FONTE M: BANCO MUNDIAL. Informações. Disponível na Internet em <http://www.bancomundial.org.br/>. Acessado em 06 de mai. de 2002.

FONTE N: IBAMA. Eco-92. Disponível na Internet em <http://www.ibama.gov.br/>. Acessado em 06 de mai. de 2002.

FONTE O: IAP. ITCF. Disponível na Internet em <http://www.iap.gov.br/>. Acessado em 08 de mai. de 2002.

FONTE P: PARAGUAI: ASPECTOS GERAIS. Yaciretá. Disponível na Internet em <http://www.grupomercoalca.hpg.ig.com.br/>. Acessado em 18 de mai. de 2002.

FONTE Q: POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. Índios brasileiros. Disponível na Internet em <http://www.socioambiental.org/>. Acessado em 16 de jul. de 2002.

DOCUMENTOS ORAIS

Depoente: SOUZA¹, José Duarte de. Idade: 48 anos, Data: 22.01.2001, Coletado por: Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro e Evaldo Mendes da Silva, Idioma falado pelo depoente: português e guarani, Local: casa do depoente na aldeia do *Oco'ý*; Transcrição: Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro.

Depoente: MARTINS², Fernando. Idade: cerca de 85 anos; Data: 13.07.2000, Coletado por: Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro e Evaldo Mendes da Silva, Idioma falado pelo depoente: guarani, Tradução: Justino Duarte de Souza³, Local: próximo à casa do depoente na aldeia do *Oco'ý*, Transcrição: Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro.

Depoente: CENTURIÃO⁴, João. Idade: cerca de 85 anos, Data: 13.07.2000, Coletado por: Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro e Evaldo Mendes da Silva, Idioma falado pelo depoente: português e guarani, Tradução: Justino Duarte de Souza, Local: casa do depoente na aldeia do *Oco'ý*, Transcrição: Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro.

Depoente: SOUZA, José Duarte de. Idade: 48 anos, Data: 06.07.2000, Coletado por: Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro e Evaldo Mendes da Silva, Idioma falado pelo depoente: português e guarani, Local: escola da Área Indígena de Santa Rosa do *Oco'ý*, Transcrição: Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro.

Depoente: PEREIRA⁵, Casimiro Tupanembi. Idade: 40 anos, Data: 01.06.2000, Coletado por: Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro e Evaldo Mendes da Silva, Idioma falado pelo depoente: português e guarani, Local: Posto da FUNAI, em Santa Rosa do *Oco'ý*, Transcrição: Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro.

Depoente: SOUZA, José Duarte de. Idade: 48 anos, Data: 01.06.2000, Coletado por: Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro e Evaldo Mendes da Silva, Idioma falado pelo depoente: português e guarani, Local: casa do depoente na aldeia do *Oco'ý*, Transcrição: Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro.

¹ Na época da entrevista é o cacique da Área Indígena de Santa Rosa do *Oco'ý*.

² Primeiro a ocupar a função de cacique após a realocização para a Área Indígena de Santa Rosa do *Oco'ý*, em 1982. Antes disso exerce uma liderança espiritual sobre a coletividade, sendo tratado como cacique pelos agentes da FUNAI e da ITAIPU. Seu depoimento apresenta a peculiaridade de ser todo traduzido por Justino Duarte de Souza, uma vez que *seu* Fernando não fala ou entende o idioma nacional. É um dos pajés da comunidade.

³ Filho do então cacique e, na época da entrevista, é o único professor Guarani da escola da aldeia.

⁴ É o segundo a ocupar o posto de cacique na Aldeia Guarani de Santa Rosa do *Oco'ý*, também é considerado um pajé cujas rezas tem muito poder junto ao *Nanderu*.

⁵ Professor da escola da aldeia por algum tempo. Permanece sendo uma liderança importante na comunidade, fazendo parte do corpo de conselheiros do cacique.

Depoente: ALVES, Maria. Idade: cerca de 85 anos, Data: 23.11.1996, Coletado por: Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro, Idioma falado pela depoente: guarani, Tradução: Teodoro Alves, Local: casa da depoente na aldeia do *Oco'ÿ*, Transcrição: Ângela Hein⁶.

Depoente: ALVES, Teodoro. Idade: cerca de 40 anos. Data: 23.11.1996, Coletado por: Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro, Idioma falado pelo depoente: português e guarani, Local: escola da aldeia do *Oco'ÿ*, Transcrição: Ângela Hein.

Depoente: PEREIRA, Casimiro Tupanembi. Idade: 36 anos. Data: 06.03.1996, Coletado por: Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro, Idioma falado pelo depoente: português e guarani, Local: casa do depoente na aldeia do *Oco'ÿ*, Transcrição: Ângela Hein.

Depoente: CENTURIÃO, João. Idade: cerca de 80 anos, Data: 06.03.1996, Coletado por: Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro, Idioma falado pelo depoente: português e guarani, Tradução: Teodoro Alves, Local: casa do depoente na aldeia do *Oco'ÿ*, Transcrição: Ângela Hein.

⁶ Bolsista PIBIC/CNPq de 1994 a 1996.

DOCUMENTOS ESCRITOS

Todos os documentos elencados neste item fazem parte do Arquivo da Usina Hidroelétrica ITAIPU Binacional, que permitiu sua consulta e reprodução. Os registros reprografados foram organizados e passaram a compor o Fundo Documental *OS GUARANI E A ITAIPU*, atualmente sob meus cuidados pessoais, considerando que o acesso a essas fontes requer autorização prévia dos representantes da Usina.

DOC. 1: Pasta: 1971, Seção: Decretos, Título: Decreto Federal nº 69412, Assunto: Expropriação de área para assentamento de colonos nacionais, Data: 22.10.1971. Emitente: Presidência da República.

DOC. 2: Pasta: 1976, Seção: Mapas, Título: Reservatório ITAIPU: mapa chave, Assunto: Situação atual das famílias indígenas localizadas na área do PIC OCOÍ II, Data: 02.1976. Emitente: Matrix S/A Engenharia. Destinatário: ITAIPU.

DOC. 3: Pasta: 1977, Seção: Portarias, Título: Portaria n. 162, Assunto: Constituição de subgrupo de trabalho, componentes e prazos. Data: 23.03.1977, Local: Brasília/DF. Emitente: MI/FUNAI.

DOC. 4: Pasta: 1977, Seção: Relatórios, Título: Relatório do Subgrupo de Trabalho "XV", Assunto: Situação atual das áreas: a) Colônia Guarani (Município de Foz do Iguaçu); b) PIC-OCOÍ (Municípios de São Miguel do Iguaçu e Foz do Iguaçu), Data: 19.04.1977. Emitente: Presidência da FUNAI.

DOC. 5: Pasta: 1977, Seção: Ofícios, Título: Ofícios enviados pela presidência da FUNAI à diretoria da ITAIPU. Assunto: Relocalização de indígenas que estão na área a ser inundada pelo reservatório de ITAIPU, Datas: 01.06.1977 e 22.06.1977. Emitente: MI/FUNAI/GP. Destinatário: ITAIPU/GDG.

DOC. 6: Pasta: 1977, Seção: Memorandos, Título: Índios na área do reservatório, Assunto: Verificação de número de famílias e chefia da aldeia, Data: 20.07.1977, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente: ITAIPU/AJ. Destinatário: ITAIPU/DJ.

- DOC. 7: Pasta: 1979, Seção: Memoriais, Título: Memorial descritivo "Imóvel Ocoí", Assunto: Limites e confrontações, Data: 05.1979. Emitente: INCRA.
- DOC. 8: Pasta: 1980, Seção: Memorandos, Título: Cadastro, Assunto: Cadastro de áreas ocupadas pelos índios e nominata dos chefes de família, Data: 24.03.1980, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente: ITAIPU/AJ. Destinatário: ITAIPU/DJ.
- DOC. 9: Pasta: 1981, Seção: Relatórios, Título: Relatório de viagem, Assunto: Comprovação de identidade étnica dos índios no *Ocoí* para titulação, indenização e reassentamento, Data: 03.04.1981, Local: Aldeia Guarani, São Miguel do Iguaçu/Pr. Emitente: MI/FUNAI. Destinatário: ITAIPU.
- DOC. 10: Pasta: 1981, Seção: Relatórios, Título: Gráfico demonstrativo da identificação étnica dos habitantes do PIC OCOI, Assunto: Perícia antropológica, Data: 05.1981, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente: Célio Horst (antropólogo). Destinatário: FUNAI.
- DOC. 11: Pasta: 1981, Seção: Relatórios, Título: Relatório de viagem, Assunto: Perícia antropológica, Data: 03.06.1981, Local: Brasília/DF. Emitentes: Célio Horst (antropólogo)/FUNAI.
- DOC. 12: Pasta: 1981, Seção: Correspondências, Assunto: Perícia antropológica, Data: 15.06.1981, Local: Brasília/DF. Emitente: Célio Horst (antropólogo). Destinatário: FUNAI.
- DOC. 13: Pasta: 1981, Seção: Ofícios, Assunto: Identificação de cinco famílias indígenas, Data: 19.06.1981, Local: Curitiba/PR. Emitente: 4ª Delegacia Regional/FUNAI. Destinatário: Coordenadoria Regional/INCRA.
- DOC. 14: Pasta: 1981, Seção: Laudos, Título: Parecer antropológico, Assunto: Avá-Guarani do Ocoí-Jacutinga, Data: 1981, Local: São Paulo/SP. Emitentes: Edgard de Assis Carvalho(antropólogo)/ABA/CIMI.
- DOC. 15: Pasta: 1982, Seção: Atas, Título: Memória de reunião entre FUNAI e ITAIPU, Assunto: Oferta de área para realocação dos Guarani no *Ocoí*, Data: 11.03.1982, Local: São Paulo. Emitente: MI/FUNAI/DGPI.
- DOC. 16: Pasta: 1982, Seção: Correspondências, Assunto: Oferta de área para realocação dos Guarani no *Ocoí*, Data: 12.03.1982, Local: São Paulo. Emitente: ITAIPU/DJ. Destinatário: CPJP.
- DOC. 17: Pasta: 1982, Seção: Correspondências, Assunto: Duas cartas que rejeitam propostas de reassentamento, Datas: 05.02.1982 e 22.03.1982, Local: Barra do Ocoí-Jacutinga, Foz do Iguaçu/PR. Emitente: Comunidade Guarani do Ocoí-Jacutinga. Destinatários: ITAIPU/DGB e MI/FUNAI/GP.

- DOC. 18: Pasta: 1982, Seção: Correspondências, Data: 06.05.1982, Local: Aldeia Guarani, Rio Ocoí, Rio Jacutinga. Emitentes: Pedro Avalos; Terezinho Centurião; Fernando Martins; Lucas Vilalba; Casimiro Pereira; João Centurião; Inocêncio Acosta; (ilegível) Centurião e Delassanto Pereira. Destinatários: ITAIPU/DGB e MI/FUNAI/GP.
- DOC. 19: Pasta: 1983, Seção: Memoriais, Título: Memorial descritivo "Imóvel Ocoí", Assunto: Limites e confrontações, Data: 15.07.1983, Local: Curitiba/PR. Emitente: INCRA.
- DOC. 20: Pasta: 1983, Seção: Títulos de reconhecimento de domínio, Assunto: Títulos de reconhecimento de domínio que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA outorga a Fernando Martins, Máximo Vilalba, João Centurion e Pedro Alves, Data: 22.08.1983, Local: Curitiba/PR.
- DOC. 21: Pasta: 1983, Seção: Escrituras, Assunto: Escrituras públicas de doação que fazem Pedro Alves, Fernando Martins, Máximo Vilalba e João Centurion em favor da comunidade indígena Avá-Guarani, Data: 25.08.1983, Local: São Miguel do Iguaçu/PR.
- DOC. 22: Pasta: 1984, Seção: Atas, Título: Memória, Assunto: Situação da área indígena Avá-Guarani no Município de São Miguel do Iguaçu/PR, Data: 25.10.1984, Local: Brasília/DF. Emitentes: MI/FUNAI/DPI.
- DOC. 23: Pasta: 1985, Seção: Correspondências, Título: Para ITAIPU Binacional, Assunto: Solicitação de área maior e chamada para reunião do Diretor da Usina, Data: 25.11.1985, Local: Aldeia *Oco'ý*, São Miguel do Iguaçu/PR. Emitente: Comunidade Guarani do Posto Indígena de Santa Rosa do *Oco'ý*. Destinatário: ITAIPU.
- DOC. 24: Pasta: 1985, Seção: Memorandos, Assunto: Carta recebida dos Guarani no *Oco'ý* requerendo área maior, Data: 27.12.1985, Local: São Paulo. Emitente: ITAIPU/DJ. Destinatário: ITAIPU/DC.
- DOC. 25: Pasta: 1986, Seção: Recortes de matérias em jornais, Título: Índio contra Itaipu, Assunto: Avá-Guarani, Data: 15.10.1986, Veículo: Correio do Brasil.
- DOC. 26: Pasta: 1987, Seção: Relatórios, Assunto: Relato da visita dos emissários do Banco Mundial Drs. Robert Goodland e Schelton Davis à Comunidade Avá-Guarani, Data: 19.02.1987, Local: Área Indígena de Santa Rosa do *Oco'ý*, São Miguel do Iguaçu/PR. Emitentes: Robert Goodland e Schelton Davis.
- DOC. 27: Pasta: 1987, Seção: Relatórios, Assunto: Aumento de área para a Comunidade Avá-Guarani, Data: 27.03.1987. Emitente: ITAIPU/AJ.

- DOC. 28: Pasta: 1987, Seção: Memorando, Assunto: Ampliação da área da comunidade Avá-Guarani, Data: 17.06.1987, Local: São Paulo. Emitente: ITAIPU/DJ. Destinatário: ITAIPU/AJ.
- DOC. 29: Pasta: 1988, Seção: Recortes de matérias em jornais, Título: Indígenas procuram terra para recuperar reserva, Assunto: Avá-Guarani, Data: 10.07.1988. Local: Londrina/PR. Veículo: Folha de Londrina.
- DOC. 30: Pasta: 1988, Seção: Correspondências, Assunto: Carta ao Banco Mundial, Data: 02.08.1988, Local: Área Indígena de Santa Rosa do *Oco'y*, São Miguel do Iguaçu/Pr. Emitentes: Lideranças Guarani da Área Indígena de Santa Rosa do *Oco'y*. Destinatário: Banco Mundial.
- DOC. 31: Pasta: 1988, Seção: Registro geral, Título: Os Avá-Guarani do Ocoí, Assunto: Síntese dos procedimentos da Itaipu Binacional na questão indígena (1975-1988). Emitente: ITAIPU.
- DOC. 32: Pasta: 1989, Seção: Memorandos, Título: Projeto Avá-Guarani, Assunto: Sugestão de um projeto para "otimização" dos recursos da aldeia do *Oco'y* visando melhores condições de vida para os Guarani, Data: 16.03.1989, Local: São Paulo. Emitente: ITAIPU/ÁREA/SP. Destinatário: ITAIPU/DJ/RJ.
- DOC. 33: Pasta: 1989, Seção: Projetos, Título: Programa de Assentamento Indígena de Itaipu, Data: 21.06.1989, Local: São Paulo. Emitente: Klaus Greiner (engenheiro agrônomo)/ITAIPU.
- DOC. 34: Pasta: 1989, Seção: Correspondências, Assunto: Retirada de famílias indígenas da área de reflorestamento de ITAIPU, Data: 06.10.1989, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente: ITAIPU/EA. Destinatário: FUNAI/CPIOCO'Y.
- DOC. 35: Pasta: 1989, Seção: Memorandos, Assunto: Ação civil pública em defesa da ecologia e dos Guarani no *Oco'y*, Data: 29.10.1989, Local: Curitiba/PR. Emitente: ITAIPU/DJ. Destinatário: ITAIPU/DC.
- DOC. 36: Pasta: 1990, Seção: Escrituras, Título: Escritura pública de declaração, Assunto: Registro de conclusões de achados arqueológicos, Data: 06.02.1990. Registrada no 12º Tabelionato de Curitiba/PR. Dr. Epaminondas Faria de Macedo Filho. Emitente: Professor Doutor Igor Chmyz.
- DOC. 37: Pasta: 1990, Seção: Correspondências, Assunto: Recursos para as comemorações alusivas ao dia do índio, Data: 30.03.1990, Local: São Miguel do Iguaçu/PR. Emitentes: Lideranças da aldeia de Santa Rosa do *Oco'y*. Destinatário: ITAIPU.

- DOC. 38: Pasta: 1990, Seção: Memorandos, Título: Comemoração do dia nacional do índio. Assunto: Solicitação de recursos para as comemorações alusivas ao dia do índio, Data: 02.04.1990, Local: São Paulo. Emitente: ITAIPU/AJ. Destinatário: ITAIPU/DJ.
- DOC. 39: Pasta: 1990, Seção: Relatórios, Assunto: A questão indígena e a ITAIPU, Data: 19.04.1990, Local: São Paulo. Emitente: Klaus Greiner/ITAIPU.
- DOC. 40: Pasta: 1990, Seção: Recortes de matérias em jornais, Título: Índios Avá-Guarani passam fome, Assunto: Avá-Guarani, Data: 29.10.1990, Local: Curitiba/PR. Veículo: O Estado do Paraná.
- DOC. 41: Pasta: 1990, Seção: Recortes de matérias em jornais, Título: "Avás Guarani" recebem apoio de entidade internacional, Assunto: Avá-Guarani, Data: 01.12.1990. Local: Foz do Iguaçu/PR. Veículo: A Gazeta.
- DOC. 42: Pasta: 1991, Seção: Atas, Título: Questão indígena do Ocoí, Assunto: Formação de comissão para resolver os problemas dos Guarani, Data: 16.04.1991, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente: ITAIPU/AC/SMA.
- DOC. 43: Pasta: 1991, Seção: Memorandos, Data: 18.06.1991, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente: ITAIPU/DEA. Destinatário: ITAIPU/DMAS.
- DOC. 44: Pasta: 1991, Seção: Convênios e Minutas, Data: 27.06.1991, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente: FUNAI. Destinatário: ITAIPU.
- DOC. 45: Pasta: 1991, Seção: Correspondências, Assunto: Comissão Interinstitucional/Comunidade Avá-Guarani, Data: 10.09.1991. Emitente: ITAIPU/DGB. Destinatário: FUNAI/GP.
- DOC. 46: Pasta: 1991, Seção: Ofícios, Assunto: Posição da ITAIPU na resolução da questão dos Guarani no *Oco'ý*, Data: 18.09.1991, Local: Curitiba/PR. Emitente: ITAIPU/DGB.
- DOC. 47: Pasta: 1991, Seção: Ofícios, Assunto: Posição da FUNAI na resolução da questão dos Guarani no *Oco'ý*, Data: 11.11.1991, Local: Brasília/DF. Emitente: MI/FUNAI/GP. Destinatário: ITAIPU/DGB.
- DOC. 48: Pasta: 1992, Seção: Correspondências, Assunto: Solicitação de 5000 hectares do Parque Nacional do Iguaçu, Data: 04.02.1992, Local: Área Indígena Ocoí. Emitente: Comunidade Avá-Guarani.
- DOC. 49: Pasta: 1992, Seção: Relatórios, Título: Síntese de reunião na Reserva Indígena do Ocoí, Data: 12.02.1992, Local: Posto Indígena de Santa Rosa do *Oco'ý*, São Miguel do Iguaçu/PR. Emitente: ITAIPU.

- DOC. 50: Pasta: 1992, Seção: Recortes de matérias em jornais, Título: Continua o drama dos Avá-Guarani, Assunto: Avá-Guarani, Data: 21.02.1992, Local: Foz do Iguaçu/PR. Veículo: A Gazeta.
- DOC. 51: Pasta: 1992, Seção: Correspondências, Data: 30.06.1992, Local: Curitiba/PR. Emitente: ITAIPU/DGB. Destinatário: FUNAI.
- DOC. 52: Pasta: 1992, Seção: Convênios, Título: Convênio ITAIPU/FUNAI/ELETROBRÁS, Assunto: Questão Avá-Guarani, Data: 21.07.1992, Local: Curitiba/PR. Emitentes: ITAIPU/FUNAI/ELETROBRÁS.
- DOC. 53: Pasta: 1992, Seção: Recortes de matérias em jornais, Título: Avá-Guarani querem ir para Parque do Iguaçu, Assunto: Avá-Guarani, Data: 24.10.1992, Local: Londrina/PR. Veículo: Folha de Londrina.
- DOC. 54: Pasta: 1993, Seção: Ofícios, Assunto: Não cumprimento dos compromissos firmados com a FUNAI por parte de ITAIPU, Data: 10.05.1993, Local: Brasília/DF. Emitente: MI/FUNAI/DAF. Destinatário: ITAIPU/DGB.
- DOC. 55: Pasta: 1994, Seção: Relatórios, Assunto: Informe sobre os índios Avá-Guarani, ocupantes da AI Ocoí (Pr) realocizados pela UH Binacional Itaipu, Data: 02.1994, Local: Ilha de Santa Catarina/SC. Emitente: Prof. Dr. Silvio Coelho dos Santos. Destinatários: ITAIPU e FUNAI.
- DOC. 56: Pasta: 1994, Seção: Recortes de matérias em jornais, Título: Deputado cobra solução para áreas indígenas, Assunto: Avá-Guarani, Data: 20.04.1994, Local: Foz do Iguaçu/PR. Veículo: Correio de Foz.
- DOC. 57: Pasta: 1994, Seção: Portarias, Título: Portaria n. 454, Assunto: Constituição de Grupo de Trabalho, Data: 06.05.1994, Local: Brasília/DF. Emitente: FUNAI.
- DOC. 58: Pasta: 1994, Seção: Relatórios, Título: 1º Encontro Integrado de Ação da Reserva Indígena do Ocoí, Assunto: Centro de Estudos e Pesquisas/CEPI, Data: 10-12.05.1994, Local: Ecomuseu de ITAIPU/Foz do Iguaçu/PR. Emitente: ITAIPU.
- DOC. 59: Pasta: 1994, Seção: Relatórios, Título: Protocolo de Intenções, Assunto: Relatório do Grupo de Trabalho FUNAI/ITAIPU BINACIONAL, Data: 20.05.1994. Local: Foz do Iguaçu/PR.
- DOC. 60: Pasta: 1995, Seção: Laudos, Título: A implantação de Usinas Hidrelétricas e os Indígenas no Sul do Brasil, Data: 19.01.1995, Local: Florianópolis/SC. Emitente: Silvio Coelho dos Santos e outros.

- DOC. 61: Pasta: 1995, Seção: Ofícios, Assunto: Respostas ao Ministério Público sobre a prática de postergar soluções quanto à questão das terras indígenas, Data: 20.04.1995, Local: Foz do Iguaçu/PR. Emitente: ITAIPU. Destinatário: Ministério Público Federal.
- DOC. 62: Pasta: 1995, Seção: Convênios, Título: Compromisso entre FUNAI e ITAIPU, Assunto: Execução de atividades na Reserva Indígena do Ocoí durante o ano de 1995, Data: 06.1995. Emitentes: FUNAI e ITAIPU.
- DOC. 63: Pasta: 1995, Seção: Laudos, Título: Laudo antropológico. Assunto: Laudo sobre a indianidade dos Guarani e legitimidade da reivindicação dos 1500 hectares, Data: 14.10.1995, Local: Rio de Janeiro. Emitentes: Rubem Thomaz de Almeida (antropólogo)/FUNAI/ITAIPU.
- DOC. 64: Pasta: 1995, Seção: Correspondências, Assunto: "...temos recebido várias denúncias sobre a morosidade no reassentamento dos Avá-Guarani. Estamos preocupados com essa demora, pois está causando uma série de problemas e "stress" aos índios...", Local: Londres/Inglaterra. Emitente: Organização não Governamental "Survival para os povos indígenas". Destinatário: ITAIPU.
- DOC. 65: Pasta: 1996, Seção: Correspondências, Título: Andamento das tratativas e relatório antropológico, Assunto: Comunidade Avá-Guarani do Ocoí, Data: 08.01.1996, Local: Curitiba/PR. Emitente: ITAIPU/DGB. Destinatário: Procuradoria da República no Estado do Paraná.
- DOC. 66: Pasta: 1996, Seção: Correspondências, Data: 07.02.1996, Local: Brasília/DF. Emitente: FUNAI/GP. Destinatário: ITAIPU/DC.
- DOC. 67: Pasta: 1996, Seção: Relatórios, Título: Averiguação inicial para assentamento da Comunidade Guarani *Nãndeva do Oco'ÿ*, Assunto: Relatório de visita à área localizada entre os rios São Francisco e São Domingos, Município de Diamante do Oeste/PR, Data: 11.07.1996, Local: Rio de Janeiro. Emitente: Rubem Thomaz de Almeida (antropólogo). Destinatários: ITAIPU e FUNAI.
- DOC. 68: Pasta: s/d, Seção: Recortes de matérias em jornais, Título: Situação dos avá-guarani está até hoje sem solução, Assunto: Avá-Guarani, Data: s/d, Veículo: Jornal da Indústria e Comércio.
- DOC. 69: Pasta: s/d, Seção: Recortes de matérias em jornais, Título: Índios Avá-Guarani: sem terra e sem trabalho, Assunto: Avá-Guarani, Data: s/d, Veículo: Jornal do Estado.
- DOC. 70: Pasta: s/d, Seção: Recortes de matérias em jornais, Título: Avá-Guarani espera solução, Assunto: Avá-Guarani, Data: s/d, Veículo: não identificado.

DOC. 71: Pasta: s/d, Seção: Recortes de matérias em Revistas, Título: Avá-Guarani, uma tribo encurralada, Assunto: Avá-Guarani, Data: s/d, Local: Marechal Cândido Rondon/PR. Veículo: Revista Oeste, nº 27.

DOC. 72: Pasta: s/d, Seção: Recortes de matérias em Revistas, Título: Criança avá-guarani: haverá futuro para ela? Assunto: Avá-Guarani, Data: s/d, Local: Marechal Cândido Rondon/PR. Veículo: Revista Oeste, nº 27.

DOC. 73: Pasta: s/d. Seção: Recortes de matérias em Revistas, Título: Traços de uma cultura ameaçada, Assunto: Avá-Guarani, Data: s/d, Local: Marechal Cândido Rondon/PR. Veículo: Revista Oeste, nº 27.

DOC. 74: Pasta: s/d, Seção: Mapas, Título: Croqui da área da Reserva Avá-Guarani. Emitente: ITAIPU.

DOC. 75: Pasta: s/d, Seção: Mapas, Título: Planta de localização da Reserva do Ocoí. Emitente: ITAIPU.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ALMEIDA, Rita Heloísa de. O Diretório dos índios: um projeto de civilização do Brasil do século XVIII. Brasília: EDUNB, 1997.
- ASSIS, Valéria Soares de. Da espacialidade Tupinambá. Porto Alegre: PUCRS, 1996. Dissertação de mestrado.
- BALANDIER, Georges. Antropologia Política. Lisboa: Editorial Presença, 1969.
- BALDUS, Herbert. *Breve notícia sobre os Mbyá-Guarani de Guarita*. In: Revista do Museu Paulista. n. 6, São Paulo: 1952. pp. 479-488.
- _____. Bibliografia crítica da etnologia brasileira. São Paulo: Missão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- BECKER, Ítala Irene Basile. O índio Kaingang no Rio Grande do Sul. São Leopoldo/RS: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1976.
- BERNARDI, Bernardo. Introdução aos estudos etno-antropológicos. Lisboa: Ed. 70, 1974.
- BRAND, Antonio. O confinamento e seu impacto sobre os Pai/Kaiowá. Porto Alegre: PUCRS, 1993. Dissertação de mestrado.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CASTORIADIS, Cornelius. As encruzilhadas do labirinto. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987. Tomo 3.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O índio e o mundo dos brancos. Campinas/SP: EDUNICAMP, 1986; 1 ed. 1964.
- _____. Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.
- CHEROBIM, Mauro. Os índios Guarani do litoral do estado de São Paulo: análise antropológica de uma situação de contato. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.
- CLASTRES, Hélène. Terra sem mal: o profetismo tupi-guarani. São Paulo: Brasiliense, 1978.

- CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DAVIS, Shelton H. *Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1978.
- FERNANDES, Florestan. *Organização social dos Tupinambá*. São Paulo: Difel, 1963.
- _____. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. São Paulo: Pioneira, 1970.
- _____. *Investigação etnológica no Brasil e outros ensaios*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1975.
- GADELHA, Regina Maria. *As Missões jesuíticas do Itatim: estruturas sócio-econômicas do Paraguai colonial (séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- GARRIDO, Joan del Alcàzar i. *As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 13, n. 25/26, 1992/93. pp. 33-54.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.
- _____. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GODELIER, Maurice. *Horizontes da antropologia*. Lisboa: Ed. 70, 1973.
- GOMES, Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1988.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico & ROSA, Zita de Paula. *História oral: uma utopia?* In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 13, n. 25/26, 1992/1993. pp. 7-16.
- JUNQUEIRA, Carmen & CARVALHO, Edgard de A. (org.) *Antropologia e indigenismo na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1981.
- LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Ed., 1979.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O olhar distanciado*. Lisboa: Ed. 70, 1983.

_____. *Minhas palavras*. São Paulo: Brasiliense, 1986a.

_____. *Tristes trópicos*. Lisboa: Ed. 70, 1986b.

MAFFESOLI, Michel. *O conhecimento do cotidiano*. Lisboa: Ed. 70, 1986.

MARZAL, Manuel (org.). *O rosto índio de Deus*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1989.

MELIÀ, Bartomeu. *A linguagem dos sonhos e visões na redução do índio Guarani*. In: *Anais do VII Simpósio Nacional de Estudos Missionários*. Santa Rosa/RS: 1988. pp. 9-21.

_____. *A experiência religiosa dos Guarani*. In: MARZAL, Manuel (org.). *O rosto índio de Deus*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1989. pp. 293-348.

MELIÀ, Bartomeu & NAGEL, Liane Maria. *Guaranies y jesuítas em tiempo de las misiones: Una bibliografía didáctica*. Santo Ângelo/RS/Asunción: URI/Centro de Cultura Missioneira/ CEPAG, 1995.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *A história, cativa da memória? para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais*. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: n. 34, 1992. pp. 9-24.

MICHAELIS. *Moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

MONIOT, Henri. *A história dos povos sem história*. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (orgs.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Ed., 1979. pp. 99-112.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org.). *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero, 1987.

OVERING, Joanna. *Elogio do cotidiano: a confiança e a arte da vida social em uma comunidade amazônica*. In: *Mana: Estudos de Antropologia Social*. v. 5, n. 1, 1999. pp. 81-108.

RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

RIBEIRO, Sarah Iurkiv Gomes Tibes. *Sob o domínio da tradição: um estudo sobre as manifestações do poder nas lideranças políticas Guarani (1534-1579)*. Porto Alegre: PUCRS, 1996. Dissertação de mestrado.

SANTOS, Maria Cristina dos. Os movimentos guaranis de resistência à colonização da Bacia Platina (1537-1660). Porto Alegre: PUCRS, 1988. Dissertação de mestrado.

_____. *Fronteiras internas do rio da Prata: rebeldes e desertores*. In: Anais das VI Jornadas Internacionais sobre Missões Jesuíticas. Cascavel/PR: EDUNOESTE, 1998. pp. 319-349.

SEEGER, Anthony et al. *A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras*. In: Boletim do Museu Nacional. Rio de Janeiro: n. 32, 1979. pp. 2-19.

SEEGER, Anthony. Os índios e nós: estudos sobre sociedades tribais brasileiras. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

SCHADEN, Egon. *A origem e a posse do fogo na mitologia guarani*. In: Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas. São Paulo: 1954. pp. 217-227.

_____. *Caracteres específicos da cultura Mbyá-Guarani*. In: Revista de Antropologia. São Paulo: 1963. pp. 83-94.

_____. *Aculturação indígena: ensaio sobre fatores e tendências da mudança cultural de tribos índias em contacto com o mundo dos brancos*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1969.

TRIGGER, Bruce G. *Etnohistoria: problemas y perspectivas*. In: Traducciones y comentarios. San Juan: Universidad Nacional de San Juan, n.1, 1987. pp. 27-55.

TODOROV, Tzvetan. Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Araweté: os deuses canibais. Rio de Janeiro: ANPOCS/Jorge Zahar Ed., 1986.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo & CUNHA, Manuela Carneiro da (orgs.). *Amazônia: etnologia e história indígena*. São Paulo: NHI/USP/FAPESP, 1993.

BIBLIOGRAFIA CITADA E FONTES PUBLICADAS

- AUBERTIN, Catherine (org.). *Fronteiras*. Brasília/Paris: EDUNB/Orstom, 1988.
- BALDUS, Herbert. *Ensaio de etnologia brasileira*. São Paulo/Brasília: Ed. Nacional/INL/Brasiliana, v.101, 1979; 1 ed. 1937.
- BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. 1969, In: POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. pp. 187-227.
- BARTHES, Roland. *Le discours de l'histoire*. In: *Social Science Information*. v. 6, n. 4, 1967. pp. 65-75.
- BENEVIDES, Maria Vitória. *O governo Kubitschek*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- BIESDORF, Vera Beatriz. *Adaptação e contribuições dos descendentes de imigrantes na região oeste paranaense*. Marechal Cândido Rondon/PR: UNIOESTE, 1999. Monografia de especialização.
- BORBA, Telêmaco. *Actualidade indígena*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1998.
- BRAGAGNOLLO, Oscar & MACIEL, Clori Fernandes. *Toledo e sua história*. Toledo: Prefeitura Municipal de Toledo, 1988.
- BRAND, Antonio. *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra*. Porto Alegre: PUCRS, 1997. Tese de Doutorado.
- BRITO, José Maria de. *Descoberta da Foz do Iguassú e Fundação da Colônia Militar*. In: *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*. v. 32, s/d. pp. 60-62.
- BROCHADO, José Proenza. *Alimentação na floresta tropical*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 1977.

- CARDOSO, Ciro Flamaron & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARDOSO, Jaime. Atlas Histórico do Paraná. Curitiba: Indústria Gráf. Projeto, 1981.
- CARTA TOPOGRÁFICA ALVORADA DO IGUAÇU. Brasília: Ministério do Exército, DSG, Folha SG.21-X-D-II-4, MI - 2831/4, 1980.
- CARTA TOPOGRÁFICA FOZ DO IGUAÇU. Brasília: Ministério do Exército, DSG, Folha SG.21-X-D-II-4, MI - 2846/2, 1980.
- CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTRO, Iná Elias de et al. (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- _____. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000. Tomo I.
- CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- _____. *A história hoje: dúvidas, desafios e propostas*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: v. 7, n. 13, 1994. pp. 97-113.
- CHAUÍ, Marilena. Conformismo e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHESNEAUX, Jean. Devemos fazer tábula rasa do passado? sobre a história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995.
- CHMYZ, Igor et al. (coord.). Projeto Arqueológico Itaipu: relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu. Curitiba: Convênio Itaipu/IPHAN, 1987. 7 vol.
- _____. Projeto Arqueológico Itaipu: relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu (1977). Curitiba: Convênio Itaipu/IPHAN, 1987.
- COLODEL, José Augusto. Obrages e companhias colonizadoras: Santa Helena na história do Oeste paranaense até 1960. Santa Helena/Prefeitura Municipal, 1988.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1986.

- DE DECCA, Edgard. 1930: o silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- DREIFUSS, René. 1964: a conquista do Estado. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 1987.
- DUMONT, Louis. O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1985.
- ECO, Umberto. A estrutura ausente: introdução à pesquisa semiológica. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- FALCON, Francisco Calazans. História e representação. Texto original, Rio de Janeiro: PUCRJ, s/d. Cópia reprografada.
- FAUSTO, Boris. A revolução de 30: historiografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- FEBVRE, Lucien. Versune autre histoire. Paris: Librairie Armand Colin, 1965.
- FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.
- FRASER, Ronald. *História oral, história social*. In: História Social. Valência: Instituto de História Social/U.N.E.D., n. 17, 1993. pp. 131-139.
- FRITSCH, Sueli. De Gaúcho à alemão: duas construções em Marechal Cândido Rondon. Marechal Cândido Rondon/PR: UNIOESTE, 1999. Monografia de especialização.
- GALVÃO, Eduardo. Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GARLET, Ivori José. Mobilidade Mbyá: história e significação. Porto Alegre: PUCRS, 1997. Dissertação de mestrado.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1978.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. *O conceito de região e sua discussão*. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. pp. 49-76.
- GREGORY, Valdir. Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-70). Cascavel/PR: EDUNIOESTE, 2002.

- HARTOG, François. *A arte da narrativa histórica*. In: BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1998. pp. 193-202.
- HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- KERN, Arno Alvarez. *Antecedentes indígenas*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1998.
- KOSELLECK, Reinhart. *Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos*. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v. 5, n. 10, 1992. pp. 134-146.
- KRAMER, Lloyd. *Literatura, crítica e imaginação histórica: O desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra*. In: HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. pp. 131-173.
- LÉVI-STRAUSS, Claude (org.). *L'Identité*. Paris: Presses Universitaires de France, 1977.
- LINHARES, Maria Yedda (org.) *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- _____. *História Agrária*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp. 165-184.
- LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. *Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janáina (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998. pp. 15-26.
- MAFFESOLI, Michel. *A contemplação do mundo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios Ed., 1995.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. In: OLIVEIRA, Paulo de Salles (org.). *Metodologia das ciências humanas*. São Paulo: Ed. UNESP/Hucitec, 1998. pp. 183-198.
- MARANHÃO, Ricardo. *O governo Juscelino Kubitschek*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e nações*. São Paulo: Contexto, 1994.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1986.

- _____. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MATTA, Roberto da. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1987.
- MELIÀ, Bartomeu. *El guaraní conquistado y reducido: ensayos de etnohistoria*. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos de la Universidad Católica/Biblioteca Paraguaya de Antropología, n. 5, 1988.
- _____. *A terra sem mal dos Guarani: economia e profecia*. In: *Revista de Antropologia*, n. 33, 1990. pp. 33-46.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e sociedade: a consolidação da República oligárquica*. In: LINHARES, Maria Yedda (org.) *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1996. pp. 252-299.
- MICELI, Sergio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo/Brasília/DF: Ed. Sumaré/ANPOCS/CAPES, 1999.
- MOTTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá: EDUEM, 1994.
- NIMUENDAJÚ, Curt. *Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes*. Rio de Janeiro: IBGE/FNPM/MEC, 1981; 1 ed. 1946.
- NOVAES, Sylvia Caiuby. *Jogo de espelhos: imagens da representação de si através dos outros*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- OLIVEIRA, João Pacheco (org.). *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Ed. Contra Capa Livraria, 1998.
- _____. *Redimensionando a questão indígena no Brasil: uma etnografia das terras indígenas*. In: OLIVEIRA, João Pacheco (org.). *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Ed. Contra Capa Livraria, 1998. pp. 15-42.
- _____. *Instrumentos de bordo: expectativas e possibilidades de trabalho do antropólogo em laudos periciais*. In: OLIVEIRA, João Pacheco (org.). *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Ed. Contra Capa Livraria, 1998. pp. 269-295.

- OLIVEIRA, João Pacheco & ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Demarcação e reafirmação étnica: um ensaio sobre a FUNAI*. In: OLIVEIRA, João Pacheco (org.). *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Ed. Contra Capa Livraria, 1998. pp. 69-123.
- OLIVEIRA, Paulo de Salles (org.). *Metodologia das ciências humanas*. São Paulo: Ed. UNESP/Hucitec, 1998.
- ORLANDI, Eni Puccineli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas/SP: Pontes, 1999.
- PARANÁ. *Atlas do Estado do Paraná*. Curitiba: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento/Instituto de Terras, Cartografia e Florestas, 1987.
- PARANÁ. *Atlas de Recursos Hídricos do Estado do Paraná*. Curitiba: Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, 1998.
- PEIRANO, Mariza. *Uma antropologia no plural: três experiências contemporâneas*. Brasília: Ed. UNB, 1992.
- POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- QUEIRÓS, Ilse Lorena von Borstel Galvão de. *A oktoberfest de Marechal Cândido Rondon: um estudo sobre o significado do lazer entre descendentes de alemães*. Campinas/SP: UNICAMP, 1999. Dissertação de mestrado.
- RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.
- SAATKAMP, Venilda. *Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon*. Cascavel/PR: Assoeste, 1984.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.
- SANDRONI, Paulo (org.) *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.
- SANTOS, Maria Cristina dos. *Os conflitos entre as lideranças político-religiosas na aldeia Guarani e no povoado missioneiro: A análise de Pierre Bordieu sobre a teoria da religião de Max Weber*. In: *Anales de las Segundas Jornadas Internacionales sobre las Misiones Jesuíticas*. Posadas: Instituto de Investigaciones Antonio Luiz de Montoya, 1986.

- _____. Aspectos de la resistencia Guaraní: los proyectos de integración en el Virreinato del Río de la Plata (1768-1805). Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1993. Tese de Doutorado.
- _____. *El Guaraní de papel*. In: Accion. 1997. pp. 32-34.
- SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de lingüística geral. São Paulo: Cultrix, 1970.
- SCHADEN, Egon. Aspectos fundamentais da cultura Guaraní. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974; 1 ed. 1954.
- SCHALLENBERGER, Erneldo. A integração do Prata no sistema colonial: colonialismo interno e Missões Jesuíticas do Guairá. Toledo/PR: Editora Toledo, 1997.
- SCHILLING, Paulo & CANESE, Ricardo. Itaipu: geopolítica e corrupção. São Paulo: CEDI, 1991.
- SHREINER, Davi Felix. Entre a exclusão e a utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais. São Paulo: USP, 2002. Tese de Doutorado.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984*. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). História geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1996. pp. 301-334.
- SOUZA, Edson Belo Clemente de. A região do lago de Itaipu: as políticas públicas a partir dos governos militares e a busca da construção de um espaço regional. Florianópolis: UFSC, 1998. Dissertação de mestrado.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. pp. 77-116.
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.
- _____. *Os relatórios antropológicos de identificação de terras indígenas da Fundação Nacional do Índio. Notas sobre o estudo da relação entre Antropologia e Indigenismo no Brasil (1968-1985)*. In: OLIVEIRA, João Pacheco (org.). Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Ed. Contra Capa Livraria, 1998. pp. 221-268.
- SUSNIK, Branislava. El indio colonial del Paraguay: el guaraní colonial. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1979/80.

- SWAIN, Tânia Navarro. *Fronteiras do Paraná: da colonização à migração*. In: AUBERTIN, Catherine (org.). *Fronteiras*. Brasília/Paris: EDUNB/Orstom, 1988. pp.19-37.
- THOMSON, Alistair et al. *Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998. pp. 65-92.
- TIZZINI, Maria Eva Duarte. *Mulheres na colonização de Toledo (1946-1956)*. Marechal Cândido Rondon/PR: UNIOESTE, 1999. Monografia de especialização.
- VAINFAS, Ronaldo. *Colonialismo e idolatrias: cultura e resistência indígenas no mundo colonial ibérico*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 11, n. 21, 1990/91. pp. 101-124.
- _____. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Lisboa: Ed. 70, 1987.
- VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et al. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 1995.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem*. In: *Revista de Antropologia*. São Paulo: USP, n. 35, 1992. pp. 21-74.
- _____. *Etnologia brasileira*. In: MICELI, Sergio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo/Brasília/DF: Ed. Sumaré/ANPOCS/CAPES, 1999. pp. 109-224.
- WACHOWICZ, Rui. *Obrageros, mensus e colonos: história do Oeste paranaense*. Curitiba: Vicentina, 1982.
- WESTPHALEN, Cecília Maria. *História documental do Paraná: primórdios da colonização moderna da região de Itaipu*. Curitiba: SBPH/PR, 1987.
- WITIGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996; 1 ed. 1945.

ANEXOS

ANEXO I

DIÁRIO DE CAMPO

Relato da visita ao Posto Indígena de Santa Rosa do Oco'y, próxima ao Município de São Miguel do Iguçu, Oeste paranaense ocorrida em 01.06.2000

Sáimos de Marechal Cândido Rondon por volta das 8:30 horas, fomos levados pelo carro da Universidade. Éramos cinco pessoas, o motorista, eu, Evaldo, Marta e a bolsista do Evaldo, Nádia. A intenção era fazer um censo populacional no caso deste, e no meu colher um depoimento que abordasse aspectos da perda de território sofrida pelos Guarani contemporâneos no Oeste, de forma a reencaminhar esta nova fase da pesquisa.

O PI do Oco'y é uma área de aproximadamente 230 hectares, habitada por cerca de 450 Guarani, segundo informações do cacique da área. Na chegada na aldeia pudemos observar um "portal" construído pelos índios, marcando a entrada em terras Guarani. Deparamo-nos também com um trator Massey Ferguson, vermelho reluzente, aparentemente novo, e sobre o qual encontravam-se alguns índios, e ao lado o cacique, seu José. Supostamente o trator foi doação da FUNAI ou da Itaipu, o que deverá ser averiguado, e mais tarde o cacique justifica a necessidade do mesmo devido à insuficiência de terras apropriadas para o cultivo agrícola.

A organização da espacialidade é nitidamente Guarani, casas separadas, distantes umas das outras. "Ocas" de palha na sua maioria, apenas algumas poucas, de madeira. Nas de palha, pedaços de lona plástica ajudam a proteger do frio. A vegetação é pouca, o que se chama geralmente de capim, crescido em áreas desmatadas. Não há mata nativa, os caminhos entre as casas são de terra, em torno das casas estão edificações (galpões) destinados a guardar utensílios. Em torno das casas, há o terreiro, limpo no qual as mulheres se encarregam do artesanato, conversam, etc...é um espaço de sociabilidade me parece. Ali também estão crianças, animais domésticos (cachorros, principalmente e galinhas), além de alguns homens idosos, durante o período em que os homens adultos estão na lavoura. Oferecem para que nos sentemos pequenos banquinhos feitos por eles, ou pedaços de troncos de árvores, alguns emparelhados, outros apenas cortados. Há muita fumaça nas proximidades das habitações em função do fogo sempre aceso no chão, ou dentro das casas, ou muito próximo. Forma eficaz de amenizar o frio.

Pedimos ao cacique se concordaria em conversar conosco, ao que anuiu. Fomos então até sua casa, onde ordenou à sua mulher, uma senhora de formas arredondadas, com aproximadamente 40 anos, que trouxesse panos para cobrir os tocos (pedaços de troncos), para que pudéssemos nos sentar. Seu José manifesta satisfação em conversar conosco, dispondo-se a gravar entrevistas quando quisermos. Somos bem recebidos. A esposa nos oferece artesanato para compra. A entrevista foi bastante produtiva.

De maneira geral, a aldeia está organizada com as habitações distantes umas das outras, exceto quando membros de uma família extensa, por exemplo, filhos casados morando em casas germinadas às dos seus pais. Não há muita mata, e grande parte do terreno é coberto por uma vegetação rasteira (capim), nascida após o desmatamento, ou pelas áreas de cultivo. As construções, na sua maioria são caracteristicamente Guarani, ou seja de palha. Hoje está fazendo muito frio, e em todas as casas em que chegamos (6) havia troncos queimando, dentro ou bem próximos às casas. Há uma grande quantidade de animais domésticos, principalmente cachorros e galinhas. Utensílios domésticos são poucos.

Dois fatores marcantes no aspecto visual da Reserva são a proximidade do Lago de Itaipu, que demonstra a exiguidade da área, e a localização e aspecto da escola. Ocupa uma posição central, é tipicamente nacional, e se encontra cercada e com as paredes muito limpas. Anteriormente os professores da escola eram Guarani, e se ensinava exclusivamente neste idioma até a segunda série. Todavia a implantação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação fez com que houvesse grande pressão por parte dos órgãos estatais, municipais e estaduais, responsáveis pelas questões educacionais para que professores "de fora" ensinassem na escola da reserva. É o que se deu. Hoje não aprendem mais guarani, e segundo uma professora são incentivados a abandonar sua língua em troca do idioma nacional. **(continua).**

ANEXO II

A

Senhores do Banco Mundial

Nós escrevemos de novo para vocês amigos
nós queremos contar nossa preocupação, nos estamos
sabendo que vocês vai mandar o dinheiro para o Brasil
aí para construção da barragem

Nós pensamos que o dinheiro é para solucionar
a situação do povo Indígena aqui no Brasil a
gora que nós achamos e para fazer mais pesquisa
para o povo Indígena como os colonos também.

Além disso que nossa situação não está solucionada
já vai criar outra situação difícil mesmo que
nós estamos numa situação muito difícil mesmo
e mais grande ainda por amor de Deus.

Nós não queremos viver mais nesta situação.
Com essa doença gripe, Refriado, Febre, Tox Diarria
e vomito, Dor Cabeça, Malaria etc, sem água
limpa que dá para tomar, vamos, agora esse
mês de agosto que já vai comensar de outras
vezes a malarria, já estão comensando dar dor
Cabeça, febre e depois larga outra vez e depois
pega de novo, assim vai nossa vida

Por isso nós não queremos que vocês mande
o dinheiro para o Brasil, construção da barragem
nós estamos sabendo aonde que é

1º aqui oeste no Paraná Parque Nacional
do Iguaçu que nós estamos cobrindo a terra
e mata vai ficar mais de 1.700 hectares em
baixo da água aqui no Parque Nacional
do Iguaçu.

8 Também nos estamos sabendo que vai ser construída aqui no Brasil 20 barragem no estado de Santa Catarina no Rio-bacia da Uruguai, agora nós queremos que nosso problema ser solucionado, a primeira coisa que a Comunidade pediu para vocês, e Também não é só nós Todos os povo Indígena no Brasil, não mande o dinheiro, porque nós não que mais que Índio Brasileiros sofrer.

Uma pergunta

Como é que para desbravar terra com mato é difícil que está embaixo da água demora muito tem que lutar muito, para construção da barragem, que nós achamos que não vai demorar nem 2 anos, por amor de Deus que coisa, que nós temos terra com mato embaixo da água que vocês sabem isso.

Nós estamos agora 37 família e 202 pessoas nessa pequena terra 231 hectares, agora nós vemos que vocês não tem preocupação de nós e de ninguém, vocês fala mas não faz se tiver preocupação de nós já tá solucionado nosso problema, vocês não tem mesmo preocupação de nós, porque a carta já bem 2 vezes, aí que nós vemos que vocês não vai ajudar a nós.

Agora contamos também que Itaipu só quer enganar a nós só quer moleza, Itaipu ofereceu 3 ilhas uma tem 51 hectares outra tem 50 a terceira 171 hectares que nós não aceitamos nem uma, se nós aceita Itaipu vai dar barco o balsa. Para que isso? nós não aceitamos.

C

desde isso Itaipu não apareceu mais, porque
não aceitamos que eles queira dar.

Ai nós não esperamos mais, de repente ele
outra vez e falou para nós ai como eles p
res

O que é que vocês precisa que Itaipu
queira ajudar a vocês que estamos para ajudar
ai nós ficamos quieto, ai o Doutor Celso Ferraz
Costa falou, vocês queira rlicicreta, telefone
trato, Cavalos, nós não falamos nada

É depois o vice Cacique Agostinho Martins
falou para eles, vocês vai ajudar a nós, It
Itaipu o Doutor falou si nós estamos para isso
então ver a terra com mata para nós o com
prar, ai Doutor falou aa a terra é difícil por
que Itaipu não tem mais terra, esse foi no dia
22 de junho de 1988.

Ai nós apertamos para eles e apertamos
para ver terra com mata, ai nós conseguimos
ai ficou Doutor Armando para ver a terra com
Funcionários da Fundação Nacional do Índio -
FUNAI até mais de setembro, agora faz mais
de um mês, nós achamos que ninguém pro
curou Itaipu nem Funai

Agora vocês tem que ver para nós
se vai ajudar, até agora não vemos solução

Uma pergunta

Como é que o governo Brasileiro não quer resolver a Terra para os povos Indígenas mesmos. que ele já fica gordo enchendo a barriga e o bolso. Terra Indígena que deu muito dinheiro para ele, madeira ouro petróleo.

Agora nós queremos ver a escritura de Terra de America do Sul na mão de governo Brasileiro assinado por Deus nós também vamos rezar e perguntar a Deus nós achamos que o Deus não ordenou pa massacrar os Indios Brasileiro o Deus não quer isso, que nós estamos vivendo aqui somos irmãos.

02 de agosto de 1988
Area Indígena Ocaí,
Comunidade - ara - guani

Lider

Basique	Antônio	mo
Pedras Alvas		
Azeiteiro Martins	Ernesto	Costa
Adriano Chaves	Terezinho	Centurião
Inocencio Costa	Alcides	Vogado
Jorge Bogado.	João	Centurião
Angelo Benito	Basimiro	Pereira

ANEXO III

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

COORDENADORIA REGIONAL DO INCRA NO PARANÁ - CR/09

PROJETO INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO OCOÍ

MEMORIAL DESCRITIVO

"IMÓVEL OCOÍ"

Município: São Miguel do Iguaçú

ESTADO DO PARANÁ

RESERVA FLORESTAL Nº 6

Gleba: 84

Lote:

Área: 681,8468

ha

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE: Sanga Água Bonita que o separa dos lotes nºs 528, 530, 532, e 538; Rio OCOÍ que o separa dos Lotes nºs 546, 547, 548 e 549; e Sanga Sem Nome que o separa dos Lotes nºs 550, 551, 557, e 559

ESTE: Lotes nºs 561, 295, 118, 117, 116, 115, 114, 113-A, 113, 112, 111, 110, 109, 108 e 126

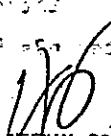
SUL: Lotes nºs 124, 123, 122, 121, 120, 119, 118-A e 118; Estrada que o separa dos Lotes nºs 73 e 75 e Lotes nºs 83 e 85, 173, 180, 180-A, 180-B e 180-C

OESTE: Lotes nºs 84, 03, 178, 177, 176, 175, 174, 173, 540 e Estrada que o separa dos Lotes nºs 538, 536, 534 e Lote nº 537

OBSERVAÇÕES:

DADOS DO PERÍMETRO

LADOS	COMPRIMENTOS	AZIMUTES	8 ^o OBSERVAÇÕES
M 2024 - R 39	57,192	123°37'20,2"	
R 39 - R 40	14,533	117°06'42,0"	
R 40 - R 41	28,754	74°43'39,5"	
R 41 - R 42	13,427	130°19'11,1"	
R 42 - R 43	82,201	107°54'21,4"	
R 43 - R 44	38,198	37°31'44,6"	
R 44 - R 45	10,725	93°26'42,6"	
R 45 - R 46	10,701	93°25'54,6"	
R 46 - M 621	14,606	90°35'51,3"	
M 621 - R 48	20,304	95°30'20,2"	
R 48 - R 49	12,138	93°25'53,6"	
R 49 - R 50	30,259	139°57'11,4"	
R 50 - R 51	23,245	35°56'19,6"	
R 51 - R 52	66,766	105°30'41,0"	
R 52 - M 622	122,568	101°02'33,3"	
M 622 - R 53	97,064	77°55'05,2"	
R 53 - R 54	102,977	94°24'27,5"	
R 54 - R 55	5,110	98°29'02,1"	
R 55 - M 623	54,689	61°53'49,8"	
M 623 - R 56	14,536	130°03'33,7"	
R 56 - R 57	67,133	119°22'13,5"	
R 57 - R 58	4,807	98°04'50,6"	
R 58 - R 59	86,549	98°03'40,0"	
R 59 - R 60	4,444	98°05'01,7"	
R 60 - R 61	4,195	98°04'55,2"	
R 61 - R 62	9,086	98°04'52,8"	
R 62 - R 63	27,579	98°03'37,8"	
R 63 - R 64	7,373	98°04'12,0"	
R 64 - R 65	133,783	98°22'46,1"	
R 65 - R 66	20,526	98°36'08,4"	
R 66 - R 67	25,293	98°36'24,2"	
R 67 - R 68	6,319	98°36'12,4"	
R 68 - R 69	11,029	98°46'49,7"	
R 69 - R 70	4,114	101°16'45,3"	
R 70 - R 71	17,928	101°17'45,0"	
R 71 - R 72	19,131	101°17'30,7"	
R 72 - M 624	55,233	93°35'48,4"	
M 624 - M 2025	10,607	50°28'40,8"	
M 2025 - M 633	960,097	359°55'37,0"	
M 633 - M 2018	304,746	359°57'47,1"	


WALTER RIVAL POZZOBOM
 Eng.º Agr. CREA - 4656-D - CR (09) 77

LOCAL: CR (09) T DATA: MAI 1979	CONFERE: SÉRGIO SCHREIBER Técnico em Demarcação INCRA 	VISTO:  Eng.º Agr. Ovídio Maracchini ASSISTENTE DA CR(09)T
------------------------------------	--	--

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

COORDENADORIA REGIONAL DO INCRA NO PARANÁ - CR/09

PROJETO INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO OCOÍ

MEMORIAL DESCRITIVO

"IMÓVEL OCOÍ"

Município: São Miguel do Iguacu

ESTADO DO PARANÁ

RESERVA FLORESTAL Nº 6

Gleba: 84 Lote: Area: 681,8468 ha

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE: Sanga Água Bonita que o separa dos lotes nºs 528,530,532 e 538; Rio Ocoí que o separa dos lotes nºs 546,547,548 e 549; Sanga Sem Nome que o separa dos lotes nºs 550,551,557 e 559

ESTE: Lotes nºs 561, 295, 118, 117, 116, 115, 114, 113-A, 113, 112, 111, 110, 109, 108 e 126

SUL: Lotes nº 124, 123,122,121,120,119,118-A e 118; Estrada que o separa dos lotes nºs 73 e 75 e lotes nºs 83,85,173,180,180-A, 180-B e 180-C

OESTE: Lotes nºs 84,03,178,177,176,175,174,173,540 e Estrada que o separa dos lotes nºs 538,536,534 e Lote nº 537

OBSERVAÇÕES:

Administrative stamps and signatures at the bottom of the page, including a large circular stamp and several rectangular stamps with text.

DADOS DO PERÍMETRO

LADOS	COMPRIMENTOS	AZIMUTES	OBSERVAÇÕES
H 2018 - D 11	205,886	145°36'54,4"	
D 11 - D 12	101,178	132°59'50,9"	
D 12 - D 13	128,572	121°57'29,2"	
D 13 - D 14	63,135	60°35'34,1"	
D 14 - D 15	166,048	09°00'30,6"	
D 15 - D 16	72,945	33°15'15,7"	
D 16 - D 17	134,618	54°03'59,4"	
D 17 - D 18	154,042	80°39'35,9"	
D 18 - D 19	105,948	33°50'24,2"	
D 19 - D 20	143,098	13°44'41,7"	
D 20 - D 21	166,108	357°55'47,9"	
D 21 - D 22	42,012	38°14'01,8"	
D 22 - D 23	61,131	74°49'37,5"	
D 23 - D 24	152,502	116°54'03,9"	
D 24 - D 25	140,759	133°33'38,6"	
D 25 - D 26	158,114	124°41'42,6"	
D 26 - D 27	193,065	181°29'02,5"	
D 27 - D 28	54,083	146°18'35,8"	
D 28 - D 29	154,548	85°10'29,2"	
D 29 - D 30	124,326	85°50'55,4"	
D 30 - D 31	216,813	37°30'14,9"	
D 31 - D 32	107,870	10°41'05,7"	
D 32 - D 33	82,006	344°26'18,6"	
D 33 - D 34	96,747	352°52'29,9"	
D 34 - D 35	120,204	03°20'18,5"	
D 35 - D 36	109,768	343°03'02,8"	
D 36 - D 37	142,425	04°25'46,4"	
D 37 - D 38	67,720	16°17'38,6"	
D 38 - D 39	102,240	356°04'26,7"	
D 39 - D 279	77,596	26°23'53,9"	
D 279 - R 81	17,644	112°19'38,1"	
R 81 - R 80	47,380	111°01'16,8"	
R 80 - R 79	11,103	167°46'31,3"	
R 79 - R 78	14,834	77°05'50,1"	
R 78 - R 77	9,117	117°41'59,8"	
R 77 - R 76	17,206	117°43'13,8"	
R 76 - R 75	42,988	117°42'49,9"	
R 75 - R 74	14,610	117°41'22,2"	
R 74 - R 73	9,340	117°42'47,0"	
R 73 - R 72	21,810	117°43'07,5"	

LOCAL: CR (09) T

DATA: MAI 1979

CONFERE:

SÉRGIO SCHREIBER
Técnico em Demarcação
INCRA

VISTO:

Eng.º Agro. Walter Pozzobon
ASSISTENTE DA CR(09)T

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

COORDENADORIA REGIONAL DO INCRA NO PARANÁ - CR/09

PROJETO INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO OCOÍ

MEMORIAL DESCRITIVO

"IMÓVEL OCOÍ"

Município: São Miguel do Iguaçu ESTADO DO PARANÁ

RESERVA FLORESTAL Nº 6

Gleba: 84 Lote: Área: 681,8468 ha

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE: Sanga Água Bonita que o separa dos lotes nºs 528,530,532 e 538; Rio OCOÍ que o separa dos lotes nºs 546,547,548 e 549; e Sanga Sem Nome que o separa dos lotes nºs 550, 551, 557 e 559

ESTE: Lotes nºs 561, 295,118,117, 116, 115,114,113-A,113, 112, 111,110,109,108 e 126

SUL: Lotes nºs 124,123,122,121,120,119,118-A, e 118; Estrada que o separa dos lotes nºs 73 e 75 e lotes nºs 83,85,173,180,180-A, 180-B, e 180-C

OESTE: Lotes nºs 84,03,178,177,176, 175,174,173,540 e Estrada que o separa dos lotes nºs 538,536,534 e lote nº 537

OBSERVAÇÕES:

Handwritten notes and signatures in the 'OBSERVAÇÕES' section, including names like 'M. de F. ...' and 'M. de F. ...' and various stamps.